

CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15  
**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**



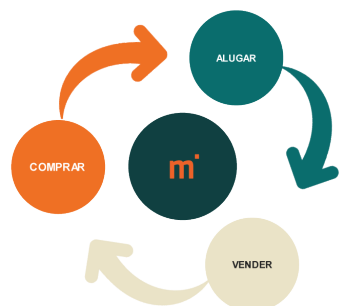
**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021**

**1. Mensagem do Presidente**

Apresentamos os resultados de 2021 com muito orgulho da nossa trajetória de crescimento e transformação que percorremos neste período. Em novembro de 2021 lançamos a nova marca da Mills. Junto com a nova marca revisitamos todo o nosso posicionamento para uma Mills ainda mais inovadora e digital. Seguimos focados na nossa estratégia de crescimento orgânico da unidade de negócio Rental, para aumentar a cobertura de mercado através de iniciativas para ampliação do conceito de penetração de plataforma elevatória e com a abertura de filiais. Temos atualmente 44 filiais e pretendemos encerrar 2022 com 50 filiais. Reforçamos que nosso pedido de compras de quase 1300 equipamentos, aproximadamente USD 63 milhões, foi fechado e os equipamentos começarão a ser entregues a partir do 1722. Dado que o gargalo na cadeia global de suprimentos permanece, estamos aplicando ajustes adicionais na precificação para atender a demanda, que continua aquecida em diversos setores. Em 2021 aumentamos em 26% o volume médio locado, encerrando o mês de dezembro com uma taxa de utilização de 67%. Melhoramos a precificação e avançamos na frente de melhoria contínua, resultando em um aumento da margem bruta ex depreciação de 66,1% para 70,0% no ano. Nesse ano concluímos com sucesso a integração com a Solaris, seja no lado cultural, com a integração dos times e captura de sinergias, como também no lado operacional, com a implementação do conceito *Lean* em 100% das nossas filiais. O método *Lean* otimiza nossos processos, gerando economia de recursos e tempo em nossos espaços de manutenção e estoque e redução da indisponibilidade. Ao longo do ano, viabilizado pela experiência e expertise de nosso time, aprendemos a alongar a vida útil de nossos equipamentos com um custo de manutenção atrativo, permitindo um aumento do nosso ROI. Além do crescimento orgânico, realizamos nesse ano três aquisições, todas alinhadas aos objetivos estratégicos da Mills, sendo elas: i) melhorar a experiência dos clientes, ii) aumentar a cobertura e penetração de mercado e iii) fortalecer nossa posição de liderança. Tais aquisições demonstram a nossa capacidade de gerar valor através de operações de M&A potencializando a disponibilidade de máquinas por meio de negociações bem precificadas. O engajamento e árduo trabalho de nosso time, em um ano ainda impactado pela pandemia do COVID-19, resultaram em um crescimento de 45,8% na receita líquida e de 93,7% no EBITDA ajustado, além da geração de **R\$102,3 milhões de lucro líquido após seis anos consecutivos de prejuízo**. Nossos fortes resultados financeiros e operacionais são evidências do sucesso da implementação de nossas estratégias. Em relação à destinação dos resultados de 2021, serão distribuídos no total, aproximadamente R\$58,9 milhões entre JCP e dividendos (sendo R\$ 46,1 milhões já distribuídos em 2021 e R\$12,8 milhões a serem pagos em 2022), o que representa um payout de 58%. Tal maximização da distribuição de recursos vem após o encerramento de um ciclo de prejuízos consecutivos e não traz qualquer prejuízo às ações de crescimento da Companhia citadas anteriormente. Na mesma linha, foi aprovado em 2021 o segundo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, tendo sido recompradas 7.558.687 ações ordinárias de emissão da Companhia que são equivalentes a 3,0% do seu capital social. A ações recompradas tem por objetivo a permanência em tesouraria, para posterior cancelamento, bem como para servir para o programa de remuneração de longo prazo dos nossos executivos. Os movimentos de crescimento orgânico, crescimento inorgânico, distribuição de recursos e recompra de ações, estão alinhados à estratégia da Companhia de alocação de capital e maximização de valor aos acionistas. Encerramos o ano com uma caixa de R\$214,6 milhões, endividamento bruto de R\$148,3 milhões, forte geração de caixa e com capacidade de alavancagem. Entramos 2022 com uma sólida situação de liquidez, engajados e preparados para continuarmos nossa trajetória de crescimento. A Mills cresce e expande seus negócios sempre atenta ao objetivo final de recompensar aqueles que acreditam em nosso negócio: nossos investidores, clientes, colaboradores e parceiros. Com este foco, nosso time nos elegeram como uma das melhores empresas para se trabalhar em 2021. Este reconhecimento é resultado de nossas estratégias para valorizar nossos funcionários e as contribuições que nos trazem diariamente. Evoluímos na nossa jornada para nos tornarmos uma Empresa B em 2022, quando a Mills completará 70 anos de história. Além da certificação GPTW, recebemos também o selo *Women on Board*, que reconhece a diversidade do nosso Conselho de Administração, cuja atuação conta com presença de três mulheres atualmente. Estabelecemos as metas dos temas materiais de nossa Matriz de Materialidade, que guia nossa jornada de sustentabilidade e está alinhada às ODS da ONU. Temos hoje vários projetos que ajudam a sociedade e geram impacto positivo. **Fomos reconhecidos entre os melhores do mundo** e estamos entre os seis finalistas concorrendo ao prêmio IAPA 2022 (*International Award for Powered Access*) para Empresa de locação do ano, além de outras três categorias: (i) Centro de Treinamento IPAF do Ano, (ii) Instrutor IPAF do ano e (iii) Prêmio IAPA de Inovação e Tecnologia. Somos a única empresa da América Latina concorrendo com corporações de grande relevância mundial. O IAPA celebra as melhores práticas relacionados à segurança, produtividade, inovação, entre outros, na indústria de plataformas elevatórias em todo o mundo. Por fim, não podemos deixar de agradecer aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento no ano de 2021, bem como o apoio dos nossos clientes, fornecedores, acionistas, conselheiros e demais públicos e parceiros. Boa leitura! **Sergio Kariya - Presidente da Mills.**

**2. Descrição Geral do Negócio**

Pioneira e líder no mercado de locação de plataformas elevatórias e construções de alta complexidade no Brasil, a Mills investe continuamente para ser o melhor parceiro de serviços de locação e venda de plataformas elevatórias e equipamentos profissionais. A Mills possui um modelo transformador de negócio que, há quase 70 anos, se caracteriza por relacionamentos sólidos, forte investimento em tecnologia e crescimento sustentável. Estamos presentes em todo o território nacional, proporcionando uma relação mais próxima do cliente e rapidez no atendimento para prover a solução mais adequada para cada tipo de desafio. A qualidade diferenciada da formação do nosso time, aliada à experiência diversificada e parcerias internacionais com empresas líderes de mercado, nos permitem entregar soluções customizadas e com a mais avançada tecnologia. Na unidade de negócios Rental, possuímos vários tipos de equipamentos, tais como: plataformas elevatórias, geradores, compressores de ar e torres de iluminação. Atuamos na locação e vendas dos equipamentos, bem como de suas peças e componentes, e na assistência técnica para diversos segmentos do mercado, como indústria, comércio, infraestrutura, serviços e entretenimento, sempre maximizando benefícios e reduzindo riscos.



Já a nossa unidade de negócios Formas e Escoramentos atua basicamente na locação e venda de formas e escoramentos para construção civil, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem. Nós desfrutamos de forte reputação em função da prestação de serviços de maneira consistente, confiável e com qualidade, observando todas as normas técnicas de segurança. Entregamos a melhor experiência para os nossos clientes, trabalhando o impacto que temos no meio ambiente e a responsabilidade de levar segurança para os colaboradores e operadores. Com todo esse legado e história, mantemos o compromisso de ser uma empresa ética, transparente e confiável.

**3. Aquisições**

Em 8 de abril de 2021, a Companhia celebrou um acordo de compra e venda de quotas e outras avenças para adquirir das vendedoras SKC S.A. e SK Rental Internacional Ltda. a integralidade das quotas representativas do capital social da SK Rental Locação de Equipamentos Ltda. Fundada em 2010, a SK Rental do Brasil é uma empresa com forte atuação na região sul do país, base de clientes com destaque em suas áreas de atuação, frota de mais de 300 equipamentos e certificada em sistemas de gestão, qualidade e em segurança e saúde ocupacional, estando entre as principais e mais respeitadas companhias de locação de plataformas aéreas do país. O valor da transação foi de R\$ 89,1 milhões, com desembolso de R\$73,6 milhões e caixa da SK de R\$14,7 milhões. O *closing* da operação ocorreu em 25 de novembro de 2021, após análise e aprovação do CADE. Em 28 de abril de 2021, a Solaris Equipamentos e Serviços S.A., subsidiária integral da Companhia, celebrou contrato de investimento, compra e venda de quotas e outras avenças para adquirir 51% do capital social da Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda.. A Nest Rental foi fundada em 2018 e atua no segmento de locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura), além de possuir exclusividade da JLG no fornecimento desses equipamentos no Brasil e tem um modelo de negócio que pode ser acelerado pela web, além de vendas on-line e estações de compartilhamento para locação dos equipamentos, o que demonstra a vocação da Nest Rental para inovação no setor e acompanha a estratégia da Mills relacionada à transformação digital. A Nest Rental possui 115 equipamentos e a participação foi adquirida através de investimento de R\$ 5,1 milhões. Em 3 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou um acordo de compra e venda para adquirir das vendedoras Altoplat Locações de Plataformas Aéreas Ltda. e Equipamentos e Locação Juçeli Ltda. (em conjunto, Altoplat) a totalidade de seus ativos de plataformas elevatórias e também torres de iluminação. Fundada em 2010, a Altoplat era a maior locadora de plataformas elevatórias em Porto Alegre, com uma frota de 417 equipamentos, e possuía uma base de clientes diversificada, com contratos recorrentes para clientes de setores como Siderurgia, Construção, Petroquímica e Educação. O valor da transação foi de R\$68,8 milhões. O *closing* da operação ocorreu em 14 de janeiro de 2022, tendo sido dispensada a análise do CADE. **Racional Estratégico:** As transações estão alinhadas aos objetivos estratégicos da Mills relacionados a: (i) Melhoria da experiência dos clientes - com a aquisição, a Mills amplia a sua cobertura geográfica, proporcionando uma relação ainda mais próxima dos seus clientes; (ii) Penetração de mercado - a Mills aumenta a sua base de clientes, já diversificada, com contratos recorrentes em diversos setores; (iii) Ganho de escala - a Transação aumenta a frota da Mills em aproximadamente 5%, ampliando ainda mais a sua capacidade de negociação de equipamentos e peças com os principais fornecedores do mundo; (iv) Sinergias - com a otimização das operações e absorção de sinergias, a Companhia potencializa a rentabilidade da Altoplat; e (v) Disciplina na alocação de capital - essas transações comprovam a capacidade da Companhia de alocação de capital e absorção de operações de forma disciplinada, buscando, também de forma inorgânica, crescimento e maximização de retorno aos acionistas.

**4. Dividendos e Programa de Recompra**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações representativas do capital social receberão como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido ajustado, diminuído ou acrescido de: i) 5% da reserva legal; ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de outras reservas de lucros estatutárias. O montante a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório. Foram realizadas três distribuições intermediárias em 2021: 1. Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de maio de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 5,8 milhões, referentes ao resultado do exercício findo em 31 de março de 2021. O montante declarado foi pago em 15 de junho de 2021, *ad referendum* da AGO. 2. Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de agosto de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram as distribuições de dividendos e juros sobre o capital próprio nos montantes totais de R\$ 8,1 milhões e R\$ 12,0 milhões, respectivamente, referentes ao resultado do exercício findo em 30 de junho de 2021. Os montantes declarados foram liquidados em 30 de agosto de 2021, *ad referendum* da AGO. 3. Por fim, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de novembro de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 20,2 milhões, referentes ao resultado do exercício findo em 30 de setembro de 2021. O montante declarado foi pago em 30 de novembro de 2021, *ad referendum* da AGO. Em 18 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o segundo Programa de Recompra de Ações, com prazo para realização da operação até 16 de setembro de 2022. Neste período ficou autorizada a aquisição de até 7.558.687 ações ordinárias, representativas de aproximadamente 3% da quantidade total de ações em circulação na data do anúncio. A Companhia divulgou em 24 de janeiro de 2022 o encerramento do referido programa, com a recompra de 7.558.687 ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço médio de R\$ 7,66 por ação, correspondendo a 3,0% do seu capital social total e 7,0% das ações em circulação nesta data. As ações adquiridas com base no Programa de Recompra permanecerão em tesouraria, com o objetivo de utilizar (i) para os Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, (ii) como instrumento de negociação com potenciais targets (M&A) e/ou (iii) para cancelamento de parte das ações recompradas para maximizar a geração de valor para os acionistas e melhorar a estrutura de capital da Companhia.

**5. Estrutura organizacional**

A Mills tem o orgulho de ser reconhecida pela diversidade de seu conselho de administração, pela qual recebeu em 2021 o selo *Women on Board*, uma vez que possui três conselheiras atuantes, incluindo sua co-presidente Francisca Kjellerup Nacht, Neta do Sr. José Nacht, um dos fundadores da Companhia. A diretoria executiva, por sua vez, é representada por profissionais experientes e que contribuem fortemente para o sucesso da Companhia, conforme demonstrado no organograma abaixo. Segue a estrutura organizacional em 31 de dezembro de 2021:



Em janeiro de 2022, Sergio Kariya, Diretor Presidente em exercício desde 2015, acumulou os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores enquanto a Mills busca um novo diretor apto a cumprir os desafios e a agenda de crescimento da Companhia para os próximos anos.

**6. Desempenho Operacional e Financeiro Consolidado**

R\$ milhões	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita líquida de vendas e serviços	506,4	738,1	45,8%	231,8
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(306,9)	(335,1)	9,2%	(28,2)
<b>Lucro bruto</b>	<b>199,4</b>	<b>403,0</b>	<b>102,1%</b>	<b>203,6</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(185,3)	(246,5)	33,0%	(61,2)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3,1)	(12,7)	302,6%	(9,5)
Perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	(0,2)	0,1	-167,2%	0,3
Outras receitas	2,7	2,9	7,3%	0,2
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>13,5</b>	<b>146,8</b>	<b>989,5%</b>	<b>133,3</b>
Resultado financeiro	(10,9)	(5,6)	-49,1%	5,4
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2,5</b>	<b>141,2</b>	<b>5479,7%</b>	<b>138,7</b>
Imposto de renda e contribuição social	(9,3)	(33,3)	257,3%	(24,0)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2,0	(5,5)	-378,7%	(7,5)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(4,7)</b>	<b>102,3</b>	<b>-2271,9%</b>	<b>107,0</b>
EBITDA CVM	163,9	291,6	77,9%	127,7
Margem EBITDA CVM (%)	32,4%	39,5%		
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>149,3</b>	<b>289,2</b>	<b>93,7%</b>	<b>139,9</b>
Margem EBITDA Ajustado(%)	29,5%	39,2%		
EBIT (ex IFRS16)	13,5	143,1	956,0%	129,5
Margem EBIT (ex IFRS)	2,7%	19,4%		
<b>Fluxo de Caixa Operacional Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>156,8</b>	<b>187,0</b>	<b>19,2%</b>	<b>30,1</b>
<b>Fluxo de Caixa Livre para a Firma Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>145,3</b>	<b>(6,7)</b>	<b>-104,6%</b>	<b>(152,0)</b>
Saldo final de caixa	378,9	214,6	-43,4%	(164,3)
Dívida bruta	207,7	148,3	-28,6%	(59,4)
Capex Bruto	(11,6)	(193,6)	1569,0%	(182,0)
ROIC	1,2%	15,1%		

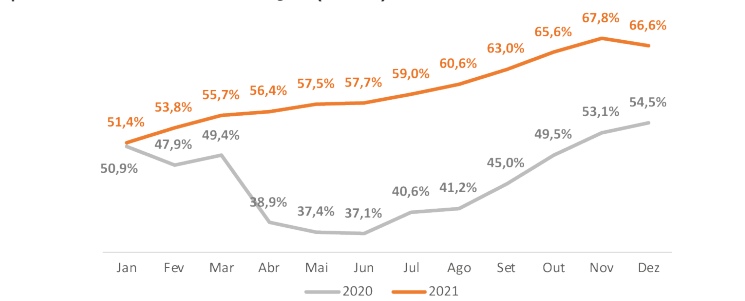
<sup>1</sup> Excluindo o efeito do IFRS 16 e itens não recorrentes (despesas de reestruturação da unidade Construção, passivos da unidade de negócio Serviços Industriais e despesas relacionadas ao projeto de combinação de negócios com a Solaris) (informações essas ajustadas não auditadas). <sup>2</sup> Para o fluxo de caixa operacional ajustado desconsideraram-se os juros referente a debêntures e Finame, investimento em locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa). Para o fluxo de caixa livre para a firma ajustado desconsideraram-se os juros referente a debêntures e Finame e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa). (informações essas ajustadas não auditadas). **IFRS 16.** A partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPCC 06 (R2). Com ela, os direitos de uso (como contratos de aluguel de imóveis e veículos, por exemplo) passaram a ser reconhecidos no ativo e os arrendamentos passaram a ser reconhecidos no passivo, tal qual os leasings financeiros. Com a adoção do IFRS 16, então, a Companhia deixa de reconhecer os aluguéis de imóveis e veículos como custos e despesas no resultado do exercício e ainda passa a reconhecer: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. Visando simplificar a análise comparativa com os períodos anteriores, apresentamos neste relatório alguns quadros que desconsideram o efeito do IFRS 16, sempre que indicado (informações essas ajustadas não auditadas).

**7. Rental**

**7.1 Receita Líquida.** A receita líquida da unidade de negócio Rental aumentou em relação ao ano anterior 52,2%, ou R\$ 220,6 milhões. A receita de locação foi responsável por 93% desse aumento, como reflexo do maior volume locado e do gradativo aumento do *rental rate*<sup>\*</sup> ao longo do ano. Encerramos o ano de 2021 com um volume médio locado 26% superior ao ano anterior com um *rental rate*<sup>\*</sup> 26% maior no mesmo período. A unidade de negócios apresentou uma melhoria de demanda em todas as suas verticais de atuação, mas principalmente na derivada de infraestrutura. O aumento tem se dado à ampliação da penetração do conceito de uso das plataformas elevatórias, adicionados ao resultado de nossas ações de melhoria de cobertura de mercado. O aumento dos preços dos equipamentos e o frete marítimo, como também um grande atraso na produção de equipamentos novos por parte da indústria, impactaram positivamente na maior procura por compra de equipamentos usados.

Receita líquida por tipo	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>422,3</b>	<b>642,9</b>	<b>52,2%</b>	<b>220,6</b>
Locação	367,7	573,8	56,1%	206,1
Vendas Novos	14,9	18,0	20,6%	3,1
Vendas Seminovos	25,4	37,9	49,3%	12,5
Venda de Sucata	0,1	0,1	2,8%	0,0
Assistência técnica	3,4	3,4	-1,2%	(0,0)
Indenização e Recuperação de Despesas	10,7	9,7	-9,8%	(1,0)

\* Rental rate: retorno mensal da receita bruta sobre o valor de reposição do equipamento. **7.2 Taxa de Utilização (Física)**



**7.3 Custos e Despesas (ex IFRS16).** Os custos da unidade de negócio Rental, excluindo depreciação, aumentaram 34,5% em relação a 2020. Como percentual da receita líquida consolidada, os custos apresentaram redução de 4 p.p., passando de 33,9% em 2020 para 30,0% em 2021 mostrando melhoria de gestão operacional da Companhia. A margem bruta ex depreciação passou de 66,1% em 2020 para 70,0% em 2021. O aumento dos custos foi principalmente em função de: (i) maiores gastos com material de consumo, manutenção e reparo, em função do maior volume locado de equipamentos em comparação ao ano de 2020 (26% maior: média mensal de 3.775 em 2020 vs 4.745 em 2021) e pelo aumento do custo de pessoal, como resultado da contratação de mais técnicos, sendo responsável por 11% desse aumento. O aumento dos custos também foi impactado pela desvalorização cambial, já que ~80% das peças são dolarizadas e também em função do aumento da inflação. Os custos de vendas apresentaram valores estáveis, mesmo com o crescimento da receita, sendo em um aumento de margem bruta de vendas de 58,7% em 2020 para 69,7% em 2021. As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e PCE, aumentaram 36,9% em relação ao período anterior decorrente principalmente: (i) aumento de 46% nas despesas de pessoal e participações de resultados; (ii) aumento de 42% com despesas de consultoria; parcialmente compensado pela (iii) variação positiva de R\$ 2,2 milhões com provisão para contingências. Em 2021 houve contratação de *headcount* para completar o quadro de pessoal em diversas áreas como Inteligência de mercado, Marketing, Melhoria Contínua, para fortalecer e impulsionar a empresa para o crescimento. O aumento de R\$ 16,0 milhões em Outras Despesas é explicado pelas despesas com reestruturação. Em 2021, a PCE da Rental representou 1,6% da receita líquida, ante 2,5% da receita líquida em 2020. Como percentual da receita líquida consolidada as despesas operacionais e administrativas (ex PCE e não recorrentes) apresentaram uma redução de 5 p.p., passando de 31% em 2020 para 26% em 2021.

Em R\$ milhões	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
<b>CPV total, ex-depreciação</b>	<b>143,3</b>	<b>192,9</b>	<b>34,5%</b>	<b>49,5</b>
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	126,6	175,8	38,8%	49,1
Custo das vendas de equipamentos novos	11,3	14,4	27,6%	3,1
Custo das vendas de equipamentos seminovos	5,0	2,5	-49,8%	(2,5)
Custo de venda de sucata	0,4	0,0	-97,4%	(0,3)
Custo de indenização e Provisão de valor realizável	0,0	0,1		0,1
<b>SG&amp;A, ex-depreciação e PCE</b>	<b>133,9</b>	<b>183,3</b>	<b>36,9%</b>	<b>49,4</b>
Comercial, Operacional e Administrativo	89,6	122,5	36,7%	32,9
Serviços Gerais	27,2	27,6	1,8%	0,5
Outras despesas	17,2	33,2	93,3%	16,0
<b>PCE</b>	<b>10,7</b>	<b>10,1</b>	<b>-5,9%</b>	<b>(0,6)</b>
<b>CPV + SG&amp;A Total</b>	<b>288,0</b>	<b>386,3</b>	<b>34,1%</b>	<b>98,3</b>

Em R\$ milhões	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
<b>7.4 EBITDA e Margem EBITDA</b>				
EBITDA CVM	147,9	270,4	82,9%	122,6
Margem EBITDA CVM (%)	35,0%	42,1%		
EBITDA Ajustado*	137,3	274,4	99,8%	137,1
Margem EBITDA ajustado* (%)	32,5%	42,7%		
EBIT ex IFRS16	45,2	167,7	-271,3%	122,5
Margem EBIT ex IFRS16 (%)	10,7%	26,1%		

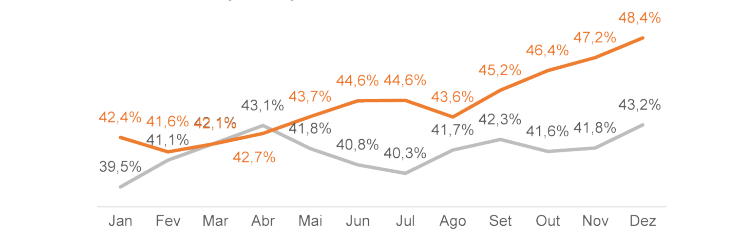
\*Excluindo o efeito do IFRS 16 e itens não recorrentes (maiores detalhes no item 9.1 desse documento. informações essas ajustadas não auditadas pelos auditores independentes).

**8. Formas e Escoramentos**

**8.1 Receita Líquida.** A receita líquida da unidade de negócio Construção atingiu R\$95,2 milhões em 2021, um aumento de 13,3% em relação ao ano anterior. A receita de locação apresentou um crescimento de 32,2%, principalmente devido ao reaquecimento dos setores de construção civil e infraestrutura. Em 2021 o volume médio locado apresentou um aumento de 4,9% e o *yield* médio 25,2% (preço e mix). Em 2020 houve a homologação de um acordo comercial, no âmbito da recuperação judicial de um determinado cliente, para a quitação de dívida com a Companhia, a qual gerou uma receita líquida adicional de R\$ 11 milhões no 3T20 e um Ebitda Ajustado nessa operação de R\$ 6,9 milhões, após os devidos reconhecimentos contábeis em custo e PCE. Conforme amplamente divulgado, a Companhia limitou seus investimentos nessa unidade de negócios de acordo com a postergação da recuperação do setor de infraestrutura, da baixa taxa de utilização e da necessidade de abertura de espaço físico nas filiais para absorver os equipamentos da unidade de negócio Rental. Mesmo com essa reestruturação, que resultou em uma capacidade em torno de 50 mil toneladas de equipamentos, a Companhia ainda tem condições de atender o pipeline de obras esperado para os próximos anos e segue sendo a líder no fornecimento de formas e escoramento no Brasil.

Receita líquida por tipo	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>84,1</b>	<b>95,2</b>	<b>13,3%</b>	<b>11,1</b>
Locação	59,7	78,9	32,2%	19,2
Vendas Novos	0,5	0,3	-36,9%	(0,2)
Vendas Seminovos	6,9	6,9	-0,8%	(0,1)
Venda de Sucata	0,8	0,5	-35,3%	(0,3)
Assistência Técnica	0,8	0,8	2,0%	0,0
Indenização e Recuperação de Despesas	15,3	7,8	-49,4%	(7,6)

**8.2 Taxa de Utilização (Física)**



**8.3 Custos e Despesas ex IFRS16.** Os custos da unidade de negócio Construção, excluindo depreciação, tiveram em 2021 uma redução de 22,1% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao acordo comercial realizado em 2020, cujo impacto foi de R\$12,4 milhões em custos (efeito não caixa) no 3T20. A margem bruta em 2021 foi 64,0% ante 47,6% em 2020. Já as despesas gerais e administrativas, excluindo a Provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE), totalizaram R\$43,5 milhões, um aumento de 22,5% em relação ao ano anterior. Em 2021 a PCE somou R\$2,6 milhões, 2,7% da receita líquida dessa unidade de negócio. Em 2020, a PCE foi impactada positivamente pelo acordo comercial mencionado anteriormente.

Em R\$ milhões	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
<b>CPV total, ex-depreciação</b>	<b>44,0</b>	<b>34,3</b>	<b>-22,1%</b>	<b>(9,7)</b>
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	28,0	29,5	5,1%	1,4
Custo das vendas de equipamentos novos	0,4	0,2	-58,7%	(0,2)
Custo das vendas de equipamentos seminovos	1,2	2,1	74,1%	0,9
Custo de venda de sucata	0,6	0,1	-79,7%	(0,5)
Custo de indenização e Provisão de valor realizável	13,7	2,4	-82,3%	(11,3)
<b>SG&amp;A, ex-depreciação e PCE</b>	<b>35,5</b>	<b>43,5</b>	<b>22,5%</b>	<b>8,0</b>
Comercial, Operacional e Administrativo	22,3	25,1	12,5%	2,8
Serviços Gerais	8,7	11,4	30,8%	2,7
Outras despesas	4,5	7,0	56,7%	2,5
<b>PCE</b>	<b>-7,5</b>	<b>2,6</b>	<b>-134,5%</b>	<b>10,2</b>
<b>CPV + SG&amp;A Total</b>	<b>72,0</b>	<b>80,4</b>	<b>11,7%</b>	<b>8,4</b>

Impacto acordo comercial	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita líquida total	11,0			
CPV Total, ex depreciação	-12,4			
PCE	8,3			
Ebitda Ajustado	6,9			

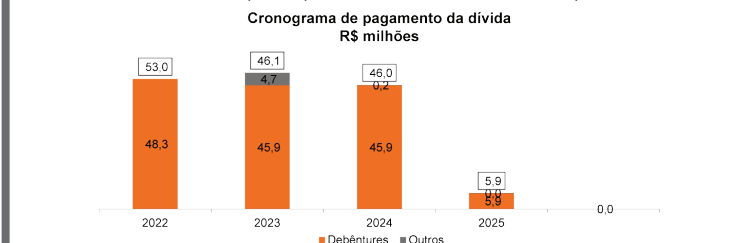
CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

# MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

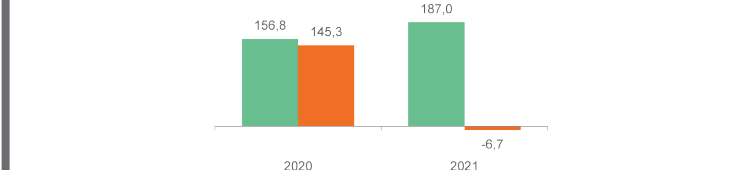
\*Excluindo o efeito do IFRS 16 e itens não recorrentes (maiores detalhes no item 9.1 desse documento). Informações essas ajustadas não auditadas pelos auditores independentes. **9.3 Reconciliação do EBITDA CVM com o FCO Ajustado.** Reconciliação do EBITDA CVM com o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado - R\$ milhões

R\$ milhões	2021
<b>EBITDA CVM</b>	<b>291,6</b>
<b>Não Caixa</b>	<b>35,8</b>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-4,9
Provisão para despesa com opções de ações	4,6
Benefícios pós-emprego	1,0
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	8,0
Provisão (reversão) para créditos com perdas esperadas	12,7
Provisão (reversão) por perdas estimadas por valor não recuperável	-0,1
Provisão (reversão) para estoques de giro lento	-1,1
Ajuste IFRS 9/CPC 48	0,0
Resultado de participações em investimentos	0,0
Provisão para Participação no Resultado	13,1
Outras provisões	2,6
<b>EBITDA CVM ex- provisões não caixa Caixa</b>	<b>327,3</b>
<b>Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)</b>	<b>-192,7</b>
Contas a receber	15,1
Aquisições de bens do ativo imobilizado locação	-64,2
Estoques	-31,0
Tributos a recuperar	-0,4
IRPJ e CSLL a Compensar	-2,6
Depósitos judiciais	-1,4
Outros ativos	1,5
Fornecedores	11,1
Salários e encargos sociais	5,3
Tributos a pagar	1,7
Outros passivos	0,3
Participação nos resultados a pagar	-6,1
Imposto de renda e contribuição social pagos	-27,3
Processos judiciais liquidados	-5,3
Juros pagos	-11,9
<b>Fluxo de Caixa Operacional conforme as demonstrações financeiras</b>	<b>134,6</b>
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	-15,1
Aquisições de bens do ativo imobilizado locação	77,5
Juros pagos	11,9
Arrendamento IFRS16	-22,1
<b>Fluxo de Caixa Operacional Ajustado</b>	<b>187,0</b>

\* informações e reconciliações não auditadas pelos auditores independentes. **9.4 Resultado Financeiro.** O resultado financeiro foi negativo em R\$5,6 milhões em 2021 e negativo de R\$10,9 milhões em 2020. Excluindo os impactos do IFRS16, o resultado financeiro seria negativo em R\$1,1 milhões em 2021 e R\$6,5 milhões em 2020, uma melhora de 83%, como consequência da redução da dívida bruta parcialmente compensado pelos aumentos sucessivos da taxa Selic ocorridos, passando de 4,50% no começo de 2020 para 9,25% no final de 2021. **9.5 Resultado do Exercício.** Em 2021, a Companhia registrou lucro líquido de R\$102,3 milhões, frente a um prejuízo líquido de R\$4,7 milhões em 2020, sendo o primeiro ano a registrar lucro líquido após seis anos de prejuízo. **9.6 Endividamento.** A dívida bruta consolidada da Mills encerrou o 4T21 em R\$148,3 milhões. A Companhia permanece geradora de caixa operacional, encerrando o trimestre com R\$214,6 milhões em caixa, sendo R\$202,7 milhões em caixa livre e, assim, com caixa líquido de R\$66,4 milhões. O prazo médio para o pagamento do endividamento total da Mills é de 1,5 ano, a um custo médio de CDI + 3,32% a.a..



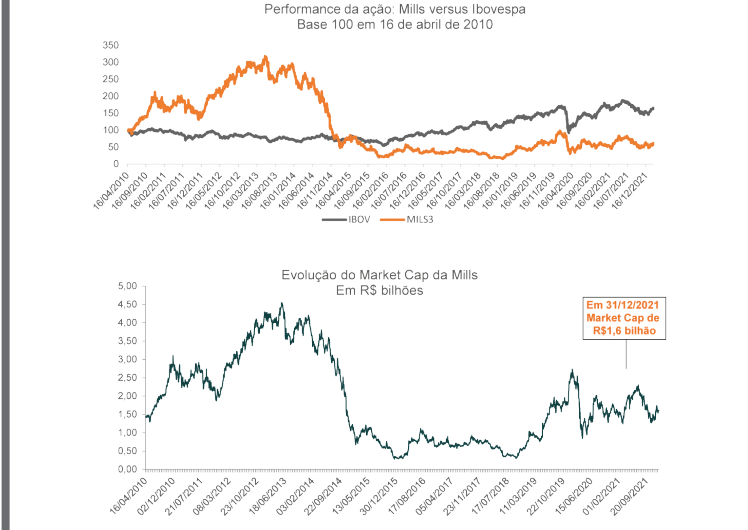
Em 31 de dezembro de 2021, a Mills apresentou uma relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado\* de -0,2x e Dívida Líquida curto prazo / EBITDA Ajustado\* de -0,6x. \*informações essas ajustadas não auditadas pelos auditores independentes. **9.7 Fluxo de Caixa Ajustado\*.** O fluxo de caixa operacional consolidado ajustado\* foi positivo em R\$187,0 milhões no ano, refletindo as ações da Companhia para crescimento e expansão balanceadas pelo crescimento de receita e melhora da margem bruta observados no período. O fluxo de caixa livre para a firma foi significativamente impactado pelo pagamento de aquisições realizado no 4T21.



\* Para o fluxo de caixa operacional ajustado desconsideraram-se os juros pagos, investimento em locação, juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas e impacto do IFRS16. Para o fluxo de caixa livre para a firma desconsideraram-se os juros pagos e as variações monetárias ativas e passivas líquidas. **9.8 Investimentos.** No ano de 2021, a Companhia investiu R\$193,6 milhões, sendo R\$77,5 milhões utilizados como investimento em ativos de locação, principalmente da unidade de negócios Rental. Do total de ativos de locação da Rental, R\$7,7 milhões foram destinados para o projeto de revitalização da frota, R\$29,9 milhões para renovação de frota e R\$37,8 para aquisição dos equipamentos da Altoplat. Maiores detalhes dos M&As podem ser vistos no item 3 do Relatório de Administração. Os investimentos corporativo e bens de uso foram destinados principalmente para bens de uso operacional e de apoio, como TI, adequações de filiais e os projetos do Planejamento Estratégico. Está sendo considerado também R\$7,8 milhões a carteira de clientes da Altoplat.

	2020 (A)	2021 (B)	(B)/(A)
<b>Capex Total</b>	<b>-11,6</b>	<b>-193,6</b>	<b>1569,0%</b>
<b>Ativos para locação</b>	<b>-1,4</b>	<b>-77,5</b>	<b>5314,0%</b>
Formas e Escoramentos	-0,5	-0,5	9,2%
Rental	-1,0	-77,0	7755,9%
<b>Corporativo e bens de uso</b>	<b>-10,2</b>	<b>-36,5</b>	<b>258,8%</b>
<b>M&amp;As</b>	<b>0,0</b>	<b>-79,6</b>	

**10. Desempenho das Ações (B3: MILS3)**  
Em 31 de dezembro de 2021, o capital social votante e total da Mills era constituído de 252.168.730 ações ordinárias, sendo que os acionistas controladores detinham, em conjunto, 53,1% do capital social votante e total. Nesse mesmo período, a Companhia mantinha 8.729.587 ações em tesouraria. O free float era igual a 43,2%. O preço de fechamento da ação da Mills na B3, em 31 de dezembro de 2021, foi igual a R\$6,39, com aumento de 3,9% em relação ao preço de fechamento do ano de 2020, enquanto o índice IBOVESPA teve uma variação negativa de 11,9% no mesmo período e o índice de *small cap* uma queda de 16,2%. No final de 2021, o valor de mercado (*market cap*) da Mills era igual a R\$ 1,6 bilhão. O volume financeiro médio diário das ações da Mills negociadas em 2021 na B3 foi de R\$ 10,8 milhões, sendo 9,7% inferior ao reportado no ano anterior. Adicionalmente, a Companhia encerrou seu Programa de American Depositary Receipts ("ADR") Nível I, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2021. As distribuições de dividendos realizadas em 2021 foram detalhadas no item a esse respeito, no início do documento.



**11. Governança Corporativa**  
A Companhia busca implementar as mais elevadas práticas de governança corporativa para agregar valor aos acionistas e ao mercado em geral. Desde a abertura de capital, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, nível mais elevado de Governança da B3. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era composto por oito membros, sendo quatro membros indicados pela Família Nacht, um membro indicado pela Sullair Argentina, um membro indicado pela Southern Cross Group e dois membros independentes, sendo um indicado pelos acionistas minoritários. Alinhada às boas práticas de governança corporativa, a Mills possui três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Cabe aos comitês tomar a atuação do Conselho de Administração

mais eficiente, potencializando as discussões pertinentes com recomendações fundamentadas, auxiliando no desempenho de suas funções legais e estatutárias. Tais comitês têm caráter não-permanente e podem ser livremente criados ou extintos pelo Conselho de Administração, sendo: (i) Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos: composto por cinco membros efetivos; (ii) Comitê de Gente e Gestão: composto também por três membros efetivos e (iii) Comitê de Cliente, Inovação e Tecnologia: composto por quatro membros efetivos.



A Companhia ainda possui um Conselho Fiscal instalado desde 2011, o qual é composto por três membros efetivos, sendo um indicado pelos acionistas minoritários. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal eram compostos conforme demonstrado abaixo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome	Cargo
Francisca Kjellerup Nacht	Co-Presidente
Roberto Pedote	Co-Presidente
Ana Lúcia Caltabiano	Conselheira Independente
Pedro Henrique Chermont de Miranda	Conselheiro Independente
Eduardo Luiz Wurzmann	Conselheiro
Marise Barroso	Conselheira
Jack Oxenford	Conselheiro
Diego Stark	Conselheiro

CONSELHO FISCAL	
Nome	Cargo
Rubens Branco da Silva	Presidente
Rodrigo Fagundes Rangel	Membro efetivo
Peter Edward Cortes Marsden Wilson	Membro efetivo
Daniel Oliveira Branco Silva	Membro suplente
Henry Stanley de Oliveira Carpenter	Membro suplente
Marcio Villas Boas Passos	Membro suplente

A Diretoria da Mills é composta por seis membros, conforme demonstrado anteriormente, incluindo o Diretor Presidente. Na busca constante pelo aprimoramento de iniciativas que visam assegurar o alinhamento e a uniformidade dos padrões éticos e morais da Companhia, em Janeiro de 2020 foi criada a Gerência de Compliance, Riscos e Auditoria Interna. A área de Auditoria, Riscos e Compliance da Mills tem como missão apoiar a gestão através das atividades: (i) Cumprir o Programa de Integridade através dos princípios: Prevenir, Detectar e Responder; (ii) Identificar e minimizar os Riscos de Negócio; (iii) Melhorar os processos de negócio, controles internos, políticas e procedimentos internos e (iv) Consolidar a cultura e estilo de gestão e controle da organização (valores éticos). Esta função atua de forma independente, subordinada ao Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos (CAFIR). A Companhia possui, ainda, um canal de denúncia ativo, administrado por uma empresa especializada, e pode ser utilizado por todos os colaboradores para denunciar situações antiéticas e/ou ilegais, de maneira confidencial e anônima. Todos os relatos são apurados e direcionados de acordo com as políticas internas e a legislação vigente. Também temos disponível um canal de comunicação para o público externo no site da Companhia. Em setembro de 2020 reforçamos nosso Programa de Integridade, com o aperfeiçoamento das práticas de governança e conformidade, o Programa de Integridade se aplica a todos os colaboradores da Mills e pessoas com quem nos relacionamos, sejam clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, e tem como objetivo consolidar as iniciativas da Companhia para a promoção da integridade, da ética e da mitigação de riscos. Relançamos nosso código de conduta e treinamos todos os nossos colaboradores nas diretrizes de conduta da Companhia. Contamos com políticas formais que promovem as melhores práticas de ética corporativa.

**12. ESG**  
Durante todo o ano de 2021, desenvolvemos iniciativas fundamentais para que a **sustentabilidade esteja cada vez mais integrada aos negócios da Mills**, sempre com o objetivo de gerar **impactos positivos** a todos os nossos públicos. A partir da definição da materialidade concluída no 2º trimestre de 2021, priorizamos nossas estratégias no que é relevante para todos os *stakeholders* e esta jornada será detalhada em nosso 1º relatório no padrão GRI a ser publicado em abril de 2022. O 4T21 foi marcado, principalmente, por ações de responsabilidade social. Das inúmeras deficiências educacionais do País, uma das que mais chama a atenção se refere ao ensino técnico. Enquanto menos de 10% dos jovens brasileiros passam por esse tipo de instrução, nos países desenvolvidos, o número é superior a 50%. Considerando este cenário que impacta diretamente na qualidade de nossa equipe de manutenção de equipamentos, lançamos o **Programa TRANSFORMAR**, com o intuito de ampliar as oportunidades profissionais ao atender de maneira imediata demandas reprimidas nos mais diferentes segmentos de mercado. Esta iniciativa criará oportunidades através da oferta de **formação técnica para jovens com vulnerabilidade socioeconômica**. Para a implantação de um projeto piloto, selecionamos três cidades com **baixo IDH e PIB estadual** das quais possuímos filiais: Parauapebas (PA), Cuiabá (MT) e São Luís (MA). Em parceria com o SENAI foram ofertadas **30 bolsas de estudo** para o primeiro semestre de 2022, além disso, durante o período de formação os estudantes terão a oportunidade de ingressar na Companhia nos times técnicos suportando nosso crescimento e a qualidade da equipe de manutenção de equipamentos da Mills. Neste período, também tivemos mais uma edição do Programa Partilhar, um projeto que compartilha parte dos **nosso resultados financeiros com as comunidades locais** situadas no entorno de nossas filiais. Foram **36 instituições sociais beneficiadas**, somando mais de **R\$700 mil em doações e mais de 15 mil itens**, entre eles: alimentos, roupas, kits de higiene e materiais escolares. Parte dessas doações também foram direcionadas às cidades da Bahia, que foram fortemente atingidas pelas chuvas e entraram em estado de emergência no final do ano. Com isso, fechamos o ano de 2021 com o total de **R\$ 1,2 milhões destinados para doações**. O tema de diversidade tem ganhado cada vez mais espaço na Companhia, nós queremos fazer parte de um sistema mais diverso, inclusivo e equitativo. Iniciamos a estruturação do nosso **grupo de diversidade**, um grupo de trabalho que atuará diretamente com o desenvolvimento do tema, **identificando oportunidades e definindo estratégias** para a criação de um espaço onde as diferenças sejam ainda mais valorizadas. Esse grupo de trabalho será formado por representantes que se identificam com as causas minorizadas e será apoiado pela Diretoria de Gente, Gestão e SSMA. Para apoiar esse movimento, aderimos ao **Fórum de Empresas com Refugiados** e o **Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI+**, ambos tem como principal objetivo orientar as organizações no desenvolvimento da diversidade, através do compartilhamento de boas práticas e de eventos para discussão das pautas relevantes para as causas que promovemos. Também evoluímos na definição dos **compromissos e metas** de nossa Jornada da Sustentabilidade durante os próximos anos. Essas metas serão divulgadas no primeiro relatório no padrão GRI da Mills, com publicação prevista para abril de 2022. Após uma ampla consulta envolvendo múltiplos stakeholders, no segundo trimestre de 2021 concluímos nossa Matriz de Materialidade que nos ajudará a integrar as ações ESG da Mills às atividades de negócio, além de reforçar nossas contribuições aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os temas materiais finais da Mills são:

- Segurança, saúde e bem-estar;
- Desenvolvimento humano, inclusão e equidade;
- Eco eficiência operacional e soluções sustentáveis;
- Relacionamento com a comunidade ao entorno;
- Gestão do impacto ESG na cadeia;
- Governança, transparência e ética.

Os próximos passos dessa trajetória: (i) Expansão do Programa TRANSFORMAR para outras cidades onde estão localizadas nossas filiais; (ii) Implantação do Grupo de Diversidade e (iii) Divulgação dos resultados do inventário GEE 2020 através do nosso site e relatório GRI.

**Indicadores sociais (2021)**

Indicadores de diversidade	Homens	Mulheres
Negro/Preto (a)*	57	15
Pardo(a)*	257	62
Caucasiano/ Branco (a)*	453	140
Asiático/Amarelo (a)*	4	3
Índigena*	0	0
Não informado	452	144
<b>TOTAL</b>	<b>1223</b>	<b>364</b>
PCD	6	4
Refugiados	12	0
Idade média (anos)	34	32
Tempo de empresa (anos)	5	3

\* Informado por autodeclaração

**Distribuição de gênero por nível hierárquico\***

Nível Hierárquico	Homens	Mulheres
Conselho de Administração	50%	50%
Diretoria	50%	50%
Gerência	70%	30%
Coordenador/ Supervisor/ Encarregado	60%	40%
Equipes em geral	70%	30%
Estagiários	60%	40%

**Indicadores ambientais (2021)**

2.379 m³ consumo médio mensal de água nas filiais, 8% maior que 2020 (2.267 m³).	215 mil kwh consumo médio mensal de energia elétrica 2% maior que 2020 (210 mil kwh*).	1966 toneladas descarte total de resíduos, 5% maior que 2020 (1878 toneladas*).
1,5 m³ mensais consumo médio de água por colaborador 6% menor que 2020 (1,6 m³ *)	135 kW/mês consumo médio relativo, por colaborador 92% menor que 2020 (150 kW/mês *)	417 toneladas destinadas à reciclagem, 70% maior que 2020 (245 toneladas*)

\* Resultados revisados após apuração e divulgação no relatório do 4TR121. As informações qualitativas e quantitativas apresentadas não foram auditadas pelos auditores independentes.

**13. Gestão de Pessoas**  
As práticas de Gestão de Pessoas da Companhia visam promover um ambiente de trabalho diverso, inclusivo e saudável para estimular o desenvolvimento humano, gerar resultados para a Mills e impactar positivamente a vida dos colaboradores e suas famílias contribuindo para a redução de desigualdades através da geração de empregos em condições dignas. Em 2021 a Mills recebeu pela primeira vez a certificação pela *Great Place To Work* e está entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil, com Índice 77% de favorabilidade! A Companhia possui diversos programas para atração, formação, desenvolvimento e retenção com destaque para o Programa de Estágio com 121 jovens dos quais 71,07% são estudantes de engenharia e de cursos técnicos. Efetivamos 65 estagiários em 2021 representando um aproveitamento de 54% destes profissionais. Acreditamos que a Educação e a Diversidade & Inclusão são fatores essenciais para nossa diferenciação de longo prazo, e por isso promovemos continuamente o aprimoramento profissional de nossos colaboradores. Diante dos desafios impostos pela pandemia no ano de 2021, as estratégias de treinamento da Mills foram revisadas para manter o compromisso de capacitação e desenvolvimento dos nossos times utilizando novas tecnologias e ferramentas digitais. Foram investidos R\$ 1,62 milhão em treinamentos, totalizando 40.835 horas no ano. Nossas iniciativas de educação corporativa utilizam diversos formatos para atender e respeitar as necessidades de cada colaborador em sua trilha de aprendizado, como: a Escola Mills, Programa Multiplica, Treinamentos técnicos e legais, Programas de Desenvolvimento Individuais e Corporativos e o Evoluir – que concede subsídio para educação em cursos técnicos e de graduação/pós-graduação universitária. Anualmente, os ocupantes de posições-chave da Mills passam por um processo de avaliação de desempenho 360 graus com resultados debatidos em Comitês de Carreira que apoiam a liderança da Companhia no desenvolvimento deste grupo e no fortalecimento do capital humano da empresa, bem como elaboração de planos de sucessão para subsidiar as estratégias de expansão dos negócios. Fruto deste processo, em 2021 realizamos um Programa de Trainee para fortalecer nosso pipeline de talentos com a contratação de 10 jovens recém-formados. O grupo de Trainees é composto por 70% de mulheres, o que ajudará a fortalecer atuação da liderança feminina. Também é nosso compromisso difundir a cultura de segurança, saúde e bem-estar com todos os nossos públicos de relacionamento, através de ações que influenciem o mercado para o aumento da segurança para a utilização de nossos equipamentos e treinamentos adequados para minimizar o risco de acidentes. Neste sentido em 2021 qualificamos mais de 12 mil pessoas para operação das plataformas elevatórias em nossos clientes e mantemos em nosso quadro mais de 30 técnicos de segurança do trabalho para estas atividades de capacitação. No âmbito interno, tivemos 35 acidentes com afastamento e 25 acidentes sem afastamento e um absenteísmo de 6,8%. Na promoção da saúde e bem-estar dos colaboradores, o Programa Viva Bem (que oferece suporte e orientação nas áreas psicológica, jurídica, social e financeira) teve 1.043 atendimentos sendo 46% de natureza psicológica, 34% jurídica e 20% para apoio financeiro-social e informações gerais. O Programa de Participação nos Resultados, assegurado a todos os colaboradores da Companhia, foi baseado em modelo usual de mercado, no qual múltiplos salariais de premiação individual são definidos no início do ciclo com base na estratégia de remuneração que anualmente é revisada por pesquisas de mercado. Os múltiplos alvo são atrelados a indicadores e metas de desempenho econômicas e socioambientais integradas. Além disso, são utilizados gatilhos e travas que asseguram que só ocorram pagamentos caso haja geração de recursos financeiros necessários. Em 2022, haverá distribuição referente ao resultado do ano de 2021. Em 2016, foi aprovado um novo plano de opção de compra de ações discricionário destinado aos administradores e pessoas chave da Companhia, com o objetivo de incentivar nossos colaboradores a conduzir com êxito os negócios da Companhia e estimular a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos administradores com os dos acionistas. O preço de exercício das opções é de R\$2,63, corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, podendo haver o exercício a partir de 2019 de 25% a cada 12 meses. Adicionalmente, em 2018, a Companhia estruturou um Programa de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações restritas, destinado a todos os executivos e a alguns cargos chave. Esse programa tem como principal objetivo tornar o pacote de remuneração competitivo junto ao mercado, alinhar expectativas, motivar os colaboradores e alcançar o desempenho operacional do negócio. Cada programa terá inicialmente ciclos de três anos, atrelando metas de longo prazo a todos os elegíveis, onde essas metas estarão associadas a criação de valor para a empresa. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão ocorrer, durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação. Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utilizará, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas. O turnover médio mensal foi de 2,73% em 2021, que representa um dos melhores índices do setor com 0,83%/mês de pedidos de demissão. Este índice reflete as diversas melhorias implantadas em nosso ambiente de trabalho, dentre elas uma nova política de méritos e promoções que beneficiou 487 colaboradores em 2021 e os novos formatos de trabalho, incluindo o modelo híbrido, onde os colaboradores podem trabalhar até três vezes por semana de suas residências, otimizando deslocamentos e aumentando a produtividade e o bem-estar dos nossos times.

**14. Cultura e Propósito**  
**Nova Marca:** No dia 18 de novembro de 2021 lançamos a nova marca da Mills. Junto com a nova marca revisitamos todo o nosso posicionamento para uma nova Mills: mais inovadora, digital e próxima! Estamos em constante evolução e inovar faz parte do nosso DNA. Nossa trajetória é reconhecida pela segurança, qualidade, confiança e abrangência. Entendemos que é preciso olhar para frente e evoluir. Mudamos para transformar o futuro trazendo um impacto positivo para todos. Tudo isso com a segurança para você sonhar mais alto.  
**Nosso Propósito: A Mills existe para oferecer segurança para sonhar mais alto!** Trabalhamos para que a Mills seja uma empresa líder, confiável e transparente, que assume sua responsabilidade com a sociedade e meio ambiente na criação e na sustentabilidade de um Brasil mais humano e justo. E segurança para nós se traduz de diversas formas: segurança da melhor escolha, segurança do melhor equipamento, segurança da equipe mais especializada, colaborando para proporcionar a melhor experiência, inspirando pessoas a irem além e realizarem seus sonhos. **Nossa cultura:** Para nós, a cultura é um assunto muito importante. A nossa cultura é o que nos une e movimento. É ela que reflete a nossa essência: o que valorizamos, o que acreditamos e compartilhamos. Ter uma cultura forte é essencial para garantir que vamos entregar nossas estratégias e sonhos. Acreditamos que a nossa cultura é, em parte, o que somos e, em parte, o que queremos ser. E é este encontro, entre nossa essência e nossos sonhos, que nos permite estar em constante evolução. Sempre nos questionando sobre o que queremos manter da nossa história e onde precisamos nos reinventar e evoluir. Com isso, queremos todos engajados com a visão de futuro da Mills e com muita energia para colaborar e simplificar cada desafio, sempre buscando **encantar, crescer e transformar. Encantar:** Queremos que nossos clientes e colaboradores se encantem pela experiência que proporcionamos. **Crescer:** Queremos crescer e que nossos colaboradores também cresçam. **Transformar:** Queremos transformar gerando impacto positivo para todos.

**15. Relacionamento com Auditores Independentes**  
Em 2021 houve contratação de serviços junto a Deloitte Touche Tohmatsu, que são nossos auditores independentes, referentes à revisão do laudo de alocação de preços da Nest, no montante de R\$ 48 mil à parte dos honorários para auditoria das demonstrações financeiras usualmente prestados por ela. Cumpre ressaltar que a contratação de auditores externos requer uma aprovação prévia do nosso Conselho de Administração e segue as regras estabelecidas pela legislação. Segundo a própria Deloitte, a prestação de serviço acima descrita não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Mills. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em reunião realizada em 17 de dezembro de 2020 a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, CNPJ nº 49.928.567/0002-00, para a prestação de serviços de auditoria independente da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2021, em substituição à KPMG Auditores Independentes, cujos serviços se encerraram com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social de 2020. A mudança dos auditores independentes atende ao rodízio obrigatório estabelecido pela Instrução CVM 308/99, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos.

**16. Eventos subsequentes**  
**Desinvestimento na Rohr S/A Estrutura Tubulares (Rohr).** A Mills celebrou em 11 de março de 2022, após aprovação do seu Conselho de Administração, um acordo vinculante com os atuais acionistas controladores da Rohr para troca de ativos, através do qual alienará a sua participação societária de 27,47% (incluindo as ações em tesouraria) na Rohr e, em contrapartida, receberá outros ativos da Rohr ("Transação"), os quais serão direcionados para o crescimento da Companhia. Desde 2011, a Mills possui a referida participação na Rohr, empresa especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, e não tem qualquer influência em sua gestão, sendo o investimento classificado como ativo financeiro pelo seu valor justo, o qual totaliza R\$ 34,0 milhões desde 31 de dezembro de 2021 e é sujeito a testes de impairment anualmente. Em decorrência da Transação, a Mills receberá a frota total de 146 plataformas elevatórias da Rohr e seus respectivos estoques de peças, que correspondem ao valor total de R\$ 13,0 milhões e se somarão ao principal negócio da Companhia. Adicionalmente, a Mills receberá contratos ativos e base de clientes avaliados em R\$ 1,9 milhões, outros R\$ 4,9 milhões em moeda corrente nacional, além de imóveis totalizando R\$ 14,2 milhões, os quais serão prontamente colocados à venda para que os recursos também sejam aplicados no crescimento da Companhia. **6ª emissão de Debêntures.** O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 18 de março de 2022, a realização da sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, no valor de R\$ 300.000, com prazo de sessenta meses e amortização tri-

CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**

mesral de principal a partir do vigésimo quarto mês (inclusive), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Serão emitidas trezentas mil debêntures, sendo cem mil debêntures da primeira série e duzentas mil debêntures da segunda série, sendo que: (i) as debêntures da primeira série contarão com remuneração correspondente à taxa DI + 2,30% ao ano; e (ii) as debêntures da segunda série contarão com remuneração correspondente à taxa DI + 2,95% ao ano, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da emissão. Os recursos líquidos captados serão destinados ao pagamento de dívidas, investimentos e ao capital de giro da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios. **Cancelamento de ações.** Em 17 de março de 2022 o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 6.197.374 ações

mantidas em tesouraria, equivalente a 67,0% do saldo de ações na data, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Companhia, R\$ 1.090.336 passou a ser dividido em 245.971.356 (duzentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A alteração do artigo 5º do Estatuto Social, para consignar o capital social e a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia após o cancelamento das Ações será deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada oportunamente. **3º Programa de recompra de ações.** Em 17 de março de 2022 o Conselho de Administração aprovou a criação do 3º Plano de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria e

posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução de capital, com o objetivo de utilizar (i) para os Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, (ii) como instrumento de negociação com potenciais targets (M&A) e/ou (iii) para o cancelamento de parte das ações recompradas para maximizar a geração de valor para os acionistas e melhorar a estrutura de capital da Companhia, nos seguintes termos e conforme Anexo A da ata de Reunião do Conselho realizada na data de hoje: a) a quantidade de ações que podem ser adquiridas é de até 14.917.035 ações, que correspondem a 13,7% das ações em circulação nesta data, respeitado os limites de manutenção em tesouraria de 10% das ações em circulação no mercado, nos termos do Artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15. b) o prazo máximo para a realização da operação ora autorizada é de 18 meses e c) as ações serão adquiridas na B3 ao preço de mercado.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	112.997	285.993	202.719	378.905
Depósitos bancários vinculados	6	11.911	-	11.911	-
Contas a receber de terceiros	7	145.472	82.478	155.232	100.376
Contas a receber de partes relacionadas	19.c	1.008	4.914	-	-
Estoques	8	69.029	36.225	74.088	40.714
IRPJ e CSLL a recuperar	9	2.539	415	8.504	5.815
Tributos a recuperar	9	2.802	2.956	6.335	5.406
Adiantamento a fornecedores	9	3.000	1.892	6.002	4.787
Outras contas a receber de partes relacionadas	19.c	-	1.496	-	-
Outros ativos circulante		6.606	4.191	7.266	4.947
		<u>355.364</u>	<u>420.560</u>	<u>472.057</u>	<u>540.950</u>
Ativos mantidos para venda	10	6.193	10.272	6.193	10.272
<b>Não circulante</b>					
IRPJ e CSLL diferidos	21	230.131	236.128	310.876	314.618
Tributos a recuperar	9	1	1	70	349
Depósitos judiciais	22	8.768	7.438	9.891	7.672
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	-	-	808
Outros ativos não circulantes		-	2	135	2
		<u>238.900</u>	<u>243.569</u>	<u>320.972</u>	<u>323.449</u>
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	34.013	39.341	34.013	39.341
Investimentos	12	374.474	301.061	-	-
Imobilizado	13	371.354	384.580	442.440	439.883
Intangível	14	45.602	33.314	174.277	121.497
		<u>825.643</u>	<u>758.296</u>	<u>650.730</u>	<u>600.721</u>
		<u>1.426.100</u>	<u>1.432.697</u>	<u>1.449.952</u>	<u>1.475.392</u>

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Contas a pagar a terceiros	15	35.824	23.644	43.177	30.286
Contas a pagar a partes relacionadas	19.c	1.295	390	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	783	4.547
Debêntures	17	47.417	40.124	51.362	57.829
Arrendamentos a pagar	18	15.143	14.359	15.944	15.074
Salários e encargos sociais	18	24.311	18.383	25.592	19.318
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	24	1.483	1.456	1.483	1.456
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23	7.336	1.920	8.981	2.917
Tributos a pagar	23.d	7.265	4.285	7.753	4.339
Provisão para participação nos resultados	20	13.967	5.865	14.146	7.226
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	12.814	-	12.814	-
Outros passivos		285	230	1.259	677
		<u>167.140</u>	<u>110.656</u>	<u>183.294</u>	<u>143.669</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	206	-
Debêntures	17	95.906	141.360	95.906	145.285
Arrendamento a pagar	18	36.942	41.256	37.297	41.256
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	13.036	15.137	17.622	20.414
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	24	2.330	3.743	2.330	3.743
Tributos a pagar	23	10.665	10.348	10.665	10.348
Provisão para benefícios pós-emprego	20.a	8.920	11.868	8.920	11.868
Outros passivos		431	430	751	910
		<u>168.230</u>	<u>224.142</u>	<u>173.697</u>	<u>233.824</u>
		<u>335.370</u>	<u>334.798</u>	<u>356.991</u>	<u>377.493</u>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social subscrito	25	1.090.336	1.089.642	1.090.336	1.089.642
Reservas de capital	25	61.625	57.036	61.625	57.036
Custo com emissão de ações	25	(18.448)	(18.448)	(18.448)	(18.448)
Reservas de lucros	25	44.422	860	44.422	860
Ações em tesouraria	25	(70.155)	(15.056)	(70.155)	(15.056)
Ajuste de avaliação patrimonial		(17.050)	(16.135)	(17.050)	(16.135)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>					
Participações de acionistas não controladores		-	-	1.090.730	1.097.899
		-	-	2.231	-
		<u>1.090.730</u>	<u>1.097.899</u>	<u>1.092.961</u>	<u>1.097.899</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>					
		<u>1.426.100</u>	<u>1.432.697</u>	<u>1.449.952</u>	<u>1.475.392</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)**

Receitas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	797.685	457.446	844.529	592.817
Cancelamentos e descontos	(26.749)	(17.874)	(30.270)	(30.816)
Outras receitas	1.978	1.129	3.135	2.910
Provisão para perda de créditos esperadas	(11.470)	(407)	(12.668)	(3.147)
	<u>761.444</u>	<u>440.294</u>	<u>804.726</u>	<u>561.764</u>
<b>Insuamos adquiridos de terceiros</b>				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.161)	(6.549)	(17.483)	6.932
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(220.446)	(110.750)	(228.470)	(146.706)
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável	102	(151)	102	(151)
Baixa de ativos	(7.304)	(18.540)	(7.956)	(21.137)
Valor adicionado bruto	528.635	304.304	550.919	400.702
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>				
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(135.776)	(122.713)	(144.840)	(150.338)
Valor adicionado recebido em transferência	392.859	181.591	406.079	250.364
Receitas financeiras	18.747	7.578	26.933	14.153
Resultado de equivalência patrimonial	(506)	28	-	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>411.100</u>	<u>189.197</u>	<u>433.012</u>	<u>264.517</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal e encargos	140.729	96.868	143.889	118.190
Remuneração direta	112.487	75.459	114.226	90.235
Benefícios	21.274	15.776	22.416	21.240
FGTS	6.968	5.633	7.247	6.715
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	133.332	61.259	147.934	88.764
Estaduais	1.180	1.450	4.315	5.827
Municipais	1.229	1.121	1.280	1.580
<b>Remuneração sobre o capital de terceiros</b>				
Juros e variações cambiais	32.144	35.817	38.882	62.310
Aluguéis	24.880	16.140	31.500	24.521
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Juros sobre capital próprio	7.264	19.677	7.382	37.789
Dividendos mínimos obrigatórios	102.486	(4.747)	102.307	(4.747)
Lucros retidos (Prejuízo do Exercício)	38.048	-	38.048	-
Participação de acionistas não controladores	20.876	-	20.876	-
Valor adicionado distribuído	43.562	(4.747)	43.562	(4.747)
	<u>411.100</u>	<u>189.197</u>	<u>433.012</u>	<u>264.517</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)**

Receita líquida de vendas e serviços	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
27	702.958	400.139	738.118	506.339
28	(314.082)	(262.464)	(335.130)	(306.915)
	<u>388.876</u>	<u>137.675</u>	<u>402.988</u>	<u>199.424</u>
<b>Lucro bruto</b>				
28	(232.847)	(130.826)	(246.531)	(185.259)
7	(11.470)	(407)	(12.668)	(3.147)
	102	(151)	102	(151)
12	(506)	28	-	-
	<u>1.811</u>	<u>1.049</u>	<u>2.862</u>	<u>2.667</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>				
29	145.966	7.368	146.753	13.534
29	18.747	7.578	26.933	14.153
29	(25.832)	(16.509)	(32.498)	(25.093)
	(7.085)	(8.931)	(5.565)	(10.940)
	138.881	(1.563)	141.188	2.594
21	(29.926)	(2.493)	(33.338)	(9.330)
21	(6.469)	(691)	(5.543)	1.989
	<u>102.486</u>	<u>(4.747)</u>	<u>102.307</u>	<u>(4.747)</u>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>				
<b>Lucro (prejuízo) atribuível aos:</b>				
Acionistas Controladores			102.486	-
Acionistas Não Controladores			(179)	-
26	0,49	(0,02)	0,49	(0,02)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)**

Lucro (prejuízo) do exercício	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
102.486	(4.747)	102.307	(4.747)	
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>				
Ajuste de valor justo Investimento Rohr, líquido de impostos	(3.516)	(7.417)	(3.516)	(7.417)
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>				
Provisão para benefícios pós-emprego, líquido de impostos	2.601	1.205	2.601	1.205
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>101.571</u>	<u>(10.959)</u>	<u>101.392</u>	<u>(10.959)</u>
<b>Resultado abrangente total atribuído aos:</b>				
Acionistas controladores	-	-	101.571	-
Acionistas não controladores	-	-	(179)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)**

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) do exercício	102.486	(4.747)	102.307	(4.747)
<b>Ajustes</b>				
Depreciação e amortização	135.776	122.713	144.840	150.338
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.469	691	5.543	(1.989)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.156)	(1.586)	(4.929)	(389)
Provisão para despesa com opções de ações	4.590	3.437	4.590	3.437
Benefícios Pós-Emprego	993	1.049	993	1.049
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	7.304	18.540	7.956	21.137
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	15.460	13.730	16.014	14.723
Juros sobre arrendamentos	4.369	-	4.690	-
Provisão para perdas esperadas no contas a receber	11.470	407	12.668	3.147
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	(102)	151	(102)	151
Provisão para estoques de giro lento	(1.157)	991	(1.110)	(2.652)
Resultado de participação em investimentos	506	(28)	-	-
Provisão para participação nos resultados	14.071	5.735	13.069	6.576
Outros	2.145	(288)	2.637	(1.214)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(Aumento)/redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos**

CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

# MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

soluções automatizadas e a implementação de novas facilidades para os clientes, visando melhorar cada vez mais a sua experiência na locação. A aquisição pela investida Solaris está alinhada à estratégia da Mills de buscar concentrar os negócios não core nessa controlada. **a) Contraprestação transferida.** A Solaris adquiriu 616.350 (seiscentas e dezesseis mil trezentos e cinquenta) cotas representativas do capital da Nest Rental com tudo o que tais cotas representam livres e desembaraçadas de qualquer ônus, pelo montante de R\$2.100 (dois milhões e cem mil reais), conforme acordo de investimento celebrado entre as partes. De forma concomitante, os sócios decidem fazer aporte de R\$3.000 (três milhões de reais), sendo: (i) R\$880,5 (oitocentos e oitenta mil e quinhentos reais) a título de aumento de capital social que passará de R\$2.054 (dois milhões cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) para R\$2.935 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil reais), mediante a emissão de 880.500 (oitocentos e oitenta mil e quinhentas) cotas, livres e desembaraçadas de qualquer ônus, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas pela Solaris. (ii) R\$2.119 (dois milhões cento e dezoito mil e quinhentos) a título de ágio na emissão de cotas, com o subsequente aumento de capital para capitalização da reserva, e consequente emissão de 2.119.500 (dois milhões cento e dezoito mil e quinhentas) novas cotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, passando dos atuais R\$2.935 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil reais), dividido em 2.935.000 (dois milhões novecentas e trinta e cinco mil) cotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, para R\$5.054 (cinco milhões e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais), dividido em 5.054.500 (cinco milhões e cinquenta e quatro mil e quinhentas) cotas com valor nominal de R\$1,00 cada. Essas novas cotas foram totalmente subscritas e integralizadas, sendo distribuídas na seguinte proporção:

Quotista	Cotas Valor (R\$ mil)	%
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	2.577.796	51,0%
Paulo Eduardo Martins Esteves	1.238.352	24,5%
MAC Empresarial Ltda.	1.238.352	24,5%
Total	5.054.500	100%

**b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos.** Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da Nest Rental foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro de alocação do preço pago, emitido por empresa de avaliação independente. A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Nest Rental:

Ativo	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes	Valor justo
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	139	-	139
Contas a receber	282	-	282
Estoques	229	-	229
Impostos a recuperar	2	-	2
Outros ativos	12	-	12
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	2.535	950	3.485
Intangível	-	148	148
Valor dos ativos adquiridos	3.199	1.098	4.297

Passivo	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes	Valor justo
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	343	-	343
Empréstimos e financiamentos	410	-	410
Impostos a pagar	17	-	17
Salários, benefícios e encargos sociais a pagar	2	-	2
Outros passivos	29	-	29
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	439	-	439
Valor dos passivos assumidos	1.240	-	1.240
Valor líquido dos ativos adquiridos	1.959	1.098	3.057
Distribuição do valor justo dos ativos adquiridos:			
Total	-	-	51%
Valor contábil dos ativos líquidos	1.959	-	999
Aumento de Capital	880	-	449
Ágio na emissão de cotas	2.120	-	1.081
Valor contábil dos ativos líquidos após aumento de capital	4.959	-	2.529
Mais-valia do ativo imobilizado (i)	950	-	485
Mais-valia do ativo intangível (ii)	148	-	75
Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	-	-	2.011
Contraprestação transferida	-	-	(5.100)

(i) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Nest Rental, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$950 no imobilizado, sendo R\$485 proporcional a participação da Solaris de 51%, relacionado à mais-valia de máquinas e equipamentos. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se à idade operacional e o valor residual dos bens. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa nº 13). (ii) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Nest Rental, emitido por empresa de avaliação independente, também detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$148, sendo R\$75 proporcional a participação da Solaris de 51%, relacionado à mais-valia de carteira de clientes. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a carteira de clientes de, aproximadamente 145 empresas. Esse relacionamento foi considerado um intangível na data base do laudo, uma vez que é estável e recorrente, enquadrando-se na definição de carteira de cliente. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como intangível (vide nota explicativa nº 14). **c) Mensuração do valor justo.** A contabilização inicial da aquisição foi apurada no trimestre findo em 30 de junho de 2021 com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1). A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos foi a seguinte:

Ativos adquiridos	Método de avaliação
Carteira de clientes	Para calcular o valor do intangível da carteira de clientes, foi utilizada a metodologia MPEEM, com a identificação dos ativos contribuintes e as taxas apropriadas de remuneração econômica destes ativos. O MPEEM objetiva isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitos débitos contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, e o lucro excedente é alocado ao ativo intangível em avaliação. O lucro atribuído a cada carteira de clientes (lucro líquido menos os diversos retornos) foi trazido a valor presente a taxa de 17,5% e os valores resultantes foram somados.
Máquinas e equipamentos	Para a avaliação foram utilizadas as planilhas fornecidas pela adquirente, das quais foram coletados marca, modelo, número de série, ano de fabricação e capacidade. O valor de reposição e o valor justo desses bens foram determinados a partir de pesquisas de mercado e cotações junto a fornecedores do segmento. Para identificação da depreciação, além das características observadas, também foram consideradas vida útil, a vida transcorrida, valores residuais, estado de conservação e a obsolescência do bem.

**Aquisição da SK Rental Locação Equipamentos Ltda.** Em 25 de novembro de 2021, a Companhia celebrou um acordo de compra e venda de cotas e outras vantagens para adquirir a integralidade das cotas representativas do capital social da SK Rental Locação Equipamentos Ltda. Fundada em 2010, a SK Rental do Brasil era uma empresa do Grupo Sigdo Koppers, com forte atuação na região sul do país, base de clientes com destaque em suas áreas de atuação, frota de mais de 300 equipamentos e certificada em sistemas de gestão, qualidade e em segurança e saúde ocupacional, estando entre as principais e mais respeitadas companhias de locação de plataformas aéreas do país. O valor da Transação foi de R\$ 89 milhões na data do fechamento (25 de novembro de 2021). A aquisição da SK Rental do Brasil está alinhada aos objetivos estratégicos da Mills relacionados à melhoria da experiência dos clientes, crescimento, consolidação e penetração de mercado. **d) Contraprestação transferida.** A Mills adquiriu 100% de SK Rental do Brasil cujo pagamento foi efetuado à vista por transferência bancária. O valor da aquisição foi de R\$ 80.000 mil (oitenta milhões de reais), pagos em, dólares, considerando-se a taxa de câmbio no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento. O Quota Purchase Agreement, firmado entre Mills e vendedores, prevê reajuste do valor de compra mencionado que consiste no IPCA acumulado entre a data de 30 de setembro de 2020 e data de closing da operação, após serem expurgados os custos de transação. Com isso, tendo em vista um IPCA acumulado de 12,3% no intervalo de período mencionado e expurgando os custos de transação, o preço de aquisição atualizado é de R\$ 89.814 mil (oitenta e nove milhões e oitocentos e quatorze mil reais). **e) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos.** Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da SK Rental do Brasil foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro de alocação do preço pago, emitido por empresa de avaliação independente. A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da SK Rental do Brasil:

Ativo	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes	Valor justo
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	15.288	-	15.288
Contas a receber	3.391	-	3.391
Estoques	850	-	850
Impostos a recuperar	266	-	266
Outros ativos	173	-	173
<b>Não circulante</b>			
Adiantamentos	135	-	135
Impostos diferidos	2.067	-	2.067
Tributos a recuperar	76	-	76
Imobilizado	5.258	41.285	46.543
Intangível	43	4.470	4.513
Valor dos ativos adquiridos	27.547	45.755	73.302

www.mills.com.br

Passivo	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes	Valor justo
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	555	-	555
Empréstimos e financiamentos	364	-	364
Impostos a pagar	604	-	604
Salários, benefícios e encargos sociais a pagar	887	-	887
Outros passivos	353	-	353
<b>Não circulante</b>			
Impostos diferidos	573	-	573
Arrendamento mercantil	13	-	13
Valor dos passivos assumidos	3.349	-	3.349
Valor líquido dos ativos adquiridos	24.198	45.755	69.953

Distribuição do valor justo dos ativos adquiridos:

	Valor contábil	Ajustes	Valor justo
Total	24.198	-	100%
Valor contábil dos ativos líquidos	24.198	-	24.198
Valor contábil dos ativos líquidos após aumento de capital	41.285	-	41.285
Mais-valia do ativo imobilizado (i)	4.470	-	4.470
Mais-valia do ativo intangível (ii)	-	-	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	-	-	35.418
IR/CS diferidos sobre mais valia	(15.557)	-	(15.557)
Contraprestação transferida	-	-	(89.814)

(iii) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da SK Rental do Brasil, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$41.285, relacionado à mais-valia de máquinas e equipamentos. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se à idade operacional e o valor residual dos bens. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa nº 13). (iv) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da SK Rental do Brasil, emitido por empresa de avaliação independente, também detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$4.470, relacionado à mais-valia de carteira de clientes. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a carteira de clientes diluída entre diversos clientes, sendo 80% do valor da venda diluído entre 95 clientes, esse relacionamento foi considerado um intangível na data base do laudo, uma vez que é estável e recorrente e existe uma fidelização com aluguéis recorrentes de máquinas, enquadrando-se na definição de carteira de cliente. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como intangível (vide nota explicativa nº 14). **f) Mensuração do valor justo.** A contabilização inicial da aquisição foi preliminarmente apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1). A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos foi a seguinte:

Ativos adquiridos	Método de avaliação
Carteira de clientes	Para calcular o valor do intangível da carteira de clientes, foi utilizada a metodologia MPEEM, com a identificação dos ativos contribuintes e as taxas apropriadas de remuneração econômica. O MPEEM objetiva isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitos débitos contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, e o lucro excedente é alocado ao ativo intangível em avaliação. O lucro atribuído a cada carteira de clientes (lucro líquido menos os diversos retornos) foi trazido a valor presente e os valores resultantes foram somados.
Máquinas e equipamentos	Para a avaliação foram utilizadas as planilhas fornecidas pela adquirente, das quais foram coletados marca, modelo, número de série, ano de fabricação e capacidade. O valor de reposição e o valor justo desses bens foram determinados a partir de pesquisas de mercado e cotações junto a fornecedores do segmento. Para identificação da depreciação, além das características observadas, também foram consideradas vida útil, a vida transcorrida, valores residuais, estado de conservação e a obsolescência do bem.

**1.3. Busca e apreensão de material na sede da Companhia ocorrida em 2020.** Conforme fato relevante divulgado em 23 de setembro de 2020, a Companhia foi alvo de mandato de busca e apreensão em sua sede, em cumprimento à ordem judicial proferida pela Vara Criminal de Inquéritos Policiais da Comarca de Breda Horizonte, em decorrência de processo que tramita em segredo de justiça e que apura possíveis irregularidades na construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais, especificamente entre os anos de 2007 a 2010. A Companhia, que forneceu equipamentos para a realização da obra e desconhecia o processo até então, após o cumprimento da ordem relatada, não foi mais requerida a fornecer informações. Em dezembro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia em desfavor de dezesseis pessoas referente ao tema, nenhuma delas com vínculo passado ou presente junto à Mills. Em paralelo a esse contexto, foi criado pela Companhia um Comitê de Investigação subordinado ao Conselho de Administração, no intuito de auxiliar com a apuração dos fatos. Para fins de assessoramento técnico, também foi contratado um escritório de advocacia especializado em "compliance" e uma empresa de auditoria forense. Após uma extensa apuração, nenhum ato ilegal ou violação foi identificado ou evidenciado que pudessem sugerir ou demonstrar a participação de colaboradores ou ex-colaboradores da Companhia. Até o momento, todas as medidas judiciais passíveis de serem manejadas pela Companhia foram executadas. A Companhia segue à disposição das autoridades para colaborar com qualquer apuração, sempre que necessário. **1.4. Amortização de Ágio na apuração de IRPJ e CSLL.** As Autoridades Fiscais notificaram a investida Solaris Equipamentos e Serviços S.A. ("Controlada"), em 1º de setembro de 2021, por meio de decisão da impugnação apresentada ao auto de infração referente ao processo administrativo nº 11274.720224/2020-90, a exigência do recolhimento de IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de ofício (75%), multa isolada (50%), por ausência de recolhimento de estimativas, e juros de mora, no valor total de R\$5.886 mil (valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 6.045). De acordo com a tese sustentada pelas Autoridades Fiscais, a Controlada não poderia ter excluído, na apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, dos anos de 2015 a 2018, as parcelas relativas ao ágio originado da aquisição de suas ações pela SCG IIIA Holding Ltda. A Controlada apresentou tempestivamente, em 1º de outubro de 2021, por meio de seus advogados, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), para combater ao referido auto de infração, contestando todas as alegações sobre os supostos tributos exigíveis. A classificação de risco foi considerada pelos advogados como possível. O período de 2019 não foi incluído na apuração dos supostos tributos exigíveis, e considerando a hipótese de haver interpretação semelhante à atual com lavratura de novo auto de infração por parte das Autoridades Fiscais, ainda haveria um risco potencial de aproximadamente R\$773 mil, atualizado até 31 de dezembro de 2021. **1.5. Aquisição de ativos não circulantes da Altoplat (máquinas e equipamentos/intangível).** A Companhia concluiu em 22 de dezembro de 2021, a primeira parte da operação de aquisição de máquinas e equipamentos para locação das Altoplat Locações de Plataformas Aéreas Ltda. e Equipamentos e Locação Jucei Ltda. ("Altoplat"). Em função da conclusão da primeira parte dessa operação (vide nota explicativa 34. a – eventos subsequentes segunda parte da operação Altoplat), foi pago o valor de R\$ 38.146 pela totalidade das plataformas elevatórias da Altoplat localizadas em Porto Alegre-RS, contemplando 295 plataformas aéreas, 63 torres de iluminação e uma carteira de clientes (intangível), conforme descrição abaixo (valores em R\$):

Máquinas e equipamentos (imobilizado)	31/12/2021	37.823
Carteira de Clientes (intangível)		7.773
Marcas e patentes (intangível)		50
(-) Valor retido a pagar		(7.500)
Total		38.146

O valor retido a pagar de R\$7.500 refere-se a montante, conforme estabelecido no Contrato assinado entre as partes, a ser pago a Altoplat à medida que determinadas condições pelo vendedor sejam atendidas, sendo parte quando da entrega efetiva dos ativos não circulante desembaraçados à Mills no montante de R\$3.500 e o valor remanescente de R\$4.000 a ser liquidado em até 3 anos da data da aquisição, descontado esse de eventuais saldos relacionados a indenizações que venham a ser imputadas à Mills, mas da gestão Altoplat. As eventuais indenizações, conforme cláusula 10.1. do Contrato, incluem coberturas a eventuais passivos, obrigações e/ou contingências, de qualquer natureza, falsidade, insuficiência, omissão, erro ou inexatidão de qualquer declaração ou garantia prestada pela Altoplat, atos, fatos e omissões anteriores à data de aquisição, ainda que seus efeitos somente se materializem no futuro, limitado a três anos, entre outros itens. A Companhia obteve nessa transação garantias na forma de imóveis desembaraçados no montante de R\$ 6.000. No que tange à força de trabalho, não fez parte do contrato de aquisição desses ativos a transferência dos correspondentes empregados (operacionais e comerciais) da Altoplat para a Mills. Determinados estoques de manutenção e suprimentos relacionados as máquinas e equipamentos de Porto Alegre, que possuem valor atribuído de R\$2.616 ainda não foram transferidos nesse primeiro fechamento, por não terem as condições precedentes atingidas. Consequentemente, não fazem parte do valor acima mencionado da aquisição total, líquida do valor retido, no montante de R\$38.146. Essa transação entre as partes foi avaliada por especialistas externos contratados e, com base na análise contábil efetuada, consubstanciada por teste de concentração de ativos e preconizado no CPC 15 (R1), a Administração entende que a aquisição dos Ativos não circulantes da Altoplat de Porto Alegre está categorizada como uma transação de aquisição de ativos, uma vez que a referida aquisição englobou apenas inputs e não contempla a obtenção de processos. Adicionalmente, os inputs adquiridos, não são suficientes por si só para a geração de outputs, tendo em vista que a operação das máquinas e equipamentos no contexto dos contratos de locação requer a necessidade de execução de atividades básicas, como manutenção das plataformas aéreas e torres de iluminação e atividades comerciais, bem como de profissionais treinados para a sua execução. Esses ativos não circulantes adquiridos na data de 22 de dezembro de 2021 não geraram resultado operacional para a Companhia agregado as suas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma vez que a entrega dos equipamentos e a transferência dos contratos de locação desses ativos ocorreu apenas em janeiro de 2022. O valor relativo do intangível adquirido (carteira de clientes) no montante de R\$ 7.773 será objeto de análise de especialistas externos com vistas à determinação de sua vida útil e consequente taxa de amortização a ser utilizada a partir do exercício a partir de 31 de dezembro de 2022 quando esses ativos estiverem operando sob a marca Mills e gerando correspondente receita de locação.

## 2. Principais políticas contábeis

**2.1. Base de apresentação.** (i) Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes (notas explicativas nºs 4, 5, 6, 7, 16, 17, 18 e 31). (ii) Moeda funcional e moeda de apresentação. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. (iii) Resultado por segmento de negócio. O resultado por segmentos de negócio (Construção e Rental) é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração. (iv) Demonstrações de valor adicionado (DVA). Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.2. Base de elaboração.** As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, divulgadas nas notas explicativas nºs 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 17 de março de 2021 e no dia 26 de março de 2021 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. **2.3. Base de consolidação.** As informações consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, utilizando-se a mesma data base e as mesmas práticas contábeis entre a controladora e a controlada. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. **a) Investimentos em Companhias controlizadas pelo método da equivalência patrimonial.** Os investimentos da Companhia em Companhias controlizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas. A seguir são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do período:

Nome da controlada	Principal atividade	Controle	Participação - %
			31/12/2021
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	Venda e locação de equipamentos e prestação de serviços de manutenção e assistências técnica.	Direto	100%
Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda	Locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura)	Indireto (*)	51%
SK Rental	Locação de Plataformas	Direto	100%
Equipamentos Ltda	Locação de Plataformas	Direto	100%

(\*) Controle direto pela subsidiária Solaris Equipamentos e Serviços S.A. conforme nota explicativa 1.2. No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações: (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas. (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas. (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas. **2.4. Principais políticas contábeis.** (i) Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. (ii) Depósitos bancários vinculados. Depósitos bancários vinculados são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de liquidação ou reposição de garantias de determinado empréstimo ou financiamento de curto e longo prazo. Esses depósitos são bloqueados ou com restrição de movimentação por força de cláusula contratual. (iii) Instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento financeiro. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos reconhecidos (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado), se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros.** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo. b. Custo amortizado. Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. **Passivos financeiros.** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. a. Outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. (iv) Contas a receber de clientes. As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber. A provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, é feita por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio. Nessa abordagem foram definidos os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) da Companhia: • Definição dos *agings* por segmento de negócio; • Cálculo da velocidade da rolagem em cada um dos *agings* (rolagem) dos últimos 6 meses; • Cálculo do percentual da rolagem em cada um dos *agings* (rolagem) dos últimos 6 meses; • O cálculo da PCE será o resultado da inadimplência média histórica dos últimos 6 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos *agings* em cada Unidade de Negócio; • A média da inadimplência dos últimos 6 meses é ajustada mensalmente por meio da nova média móvel histórica aplicada aos novos *agings*; • É considerado no cálculo todo o *aging* de faturas emitidas que estejam em aberto. Provisões de receita oriundas de *agings* de medição em aprovação, não são consideradas no cálculo, por não se tratar ainda de faturamento efetivo; • Os títulos vencidos acima de 360 dias e os títulos incluídos em Negociações de Dívida ou em Recuperação Judicial são considerados como 100% em PCE. (v) Estoques. Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens dos estoques sem movimentação há mais de um ano. (vi) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a ren-

continua...

CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

## MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

da são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício findo em 31 de dezembro e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A Companhia não identificou a necessidade de se registrar provisões para valores não recuperados ou reverter o saldo de impostos diferidos ativos. (vii) Ativos mantidos para venda. Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado prospectivamente. (viii) Depósitos judiciais. Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (nota explicativa 22.a). (ix) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional. Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem. O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 13, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. (x) Intangíveis. **Programas de computador (Softwares).** São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Custos associados aos desenvolvimentos desses softwares são capitalizados e os referentes à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (nota explicativa 14). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. (xi) Ágio. O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (xii) Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes. No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso, e ágios são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de recuperação dos saldos de ágio reconhecidos nas unidades geradoras de caixa Rental e Construção. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto para perdas por redução ao valor recuperável de ágios os quais quando registradas não são revertidas), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. (xiii) Contas a pagar aos fornecedores. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (xiv) Provisões. As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Determinadas provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 22). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento em 31 de dezembro. (v) Benefícios concedidos a empregados. **Provisão para participação nos lucros e resultados.** O acordo de participação nos lucros e resultados foi estruturado com o intuito de premiar os empregados, com pelo menos 90 dias trabalhados no ano base de 2021, em função do desempenho geral da Mills, dentro de sua respectiva área de atuação e cargo ocupado. O Programa de Participação Resultados de 2021 é baseado no atingimento do EBITDÁ ajustado, e metas corporativas. O reconhecimento dessa participação, quando há, é realizado durante o exercício e o desembolso, quando devido, até o mês de abril do exercício subsequente (nota explicativa 20.d). **Planos de opção de compra de ações.** A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições (nota explicativa 20.c). A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido. **Benefícios pós-emprego.** Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuárias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam (vide nota explicativa n° 20.b). Os ganhos e perdas atuárias são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido. (xvi) Empréstimos e financiamentos. Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme

acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. (xvii) Conversão em moeda estrangeira. As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. (xviii) Capital social. O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. (xix) Recompra de ações (ações em tesouraria). As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou da remissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são reconhecidos como reserva de capital. (xx) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado na rubrica imposto de renda e contribuição social. (xxi) Reconhecimento de receitas. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. A receita é mensurada com base na contra-prestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes. A receita de locação é reconhecida pro rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato. A Companhia quando aplicável, separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu valor justo. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminários e recuperações de despesas. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia. A receita de dividendos (incluindo JCP) de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). Receitas, quando aplicáveis, são reconhecidas líquidas dos impostos sobre as vendas e prestações de serviços. (xxii) Resultado por ação. O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados findos em 31 de dezembro, nos termos do CPC 41 e na IAS 33. **2.5. Normas vigentes em 2021.** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2021. O IASB emitiu atualização das normas internacionais (IFRS) com adoção obrigatória para exercícios findos a partir em 31 de dezembro de 2021, a saber: (i) Alterações à IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Fase 2 (Adoção obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021). Em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência, consequentemente alterações nas IFRS, e como resultado da Fase 2: **Modificação de ativo ou passivo financeiro - IFRS 9 (CPC 48)**. Quando as condições contratuais dos empréstimos bancários são alteradas como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior à mudança, a Companhia deve mudar a base para determinar os fluxos de caixa contratuais, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estão diretamente relacionadas com a reforma, os requisitos aplicáveis da IFRS 9 (CPC 48) são aplicados às outras alterações. **Modificação do arrendamento - IFRS 16 (CPC 06(R2))**. Quando um arrendamento é modificado como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os pagamentos do arrendamento é economicamente equivalente a base anterior, a Companhia deve mensurar o passivo do arrendamento para refletir os pagamentos do arrendamento descontados usando uma taxa de desconto revisada que reflete a mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais. **Concessões adicionais para relações de hedge - IAS 39 (CPC 38)**. Quando são feitas alterações nos instrumentos de hedge, o objeto de hedge e riscos cobertos, como resultado da Reforma da Taxa de Juros de Referência, a documentação de hedge deve ser atualizada sem descontinuar a relação de hedge. Em caso de hedge de fluxo de caixa, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa são avaliados com base na taxa de referência alternativa adotada no qual o fluxo de caixa coberto será determinado. Para as relações de hedge, cujo o componente de taxa de referência não é determinado contratualmente, na transição para uma taxa de referência alternativa, se o risco não for separadamente identificável na data de designação, este será considerado como tendo cumprido a exigência de "identificável separadamente" naquela data se, e somente se, a Companhia espera razoavelmente que o componente específico da taxa de juros será separadamente identificável em um período de 24 meses a partir da data na qual a taxa de referência alternativa é designada pela primeira vez. O período de 24 meses é aplicável em base individual, ou seja, para cada relação de hedge. (ii) Alterações à IFRS (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021). Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma **Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16/CPC 06(R2))** que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia da COVID-19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. Embora as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) permitam a adoção antecipada de certas normas contábeis, no Brasil, a adoção antecipada dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, anteriormente às respectivas datas de vigência mandatórias das IFRS, usualmente, não são aprovadas pelos reguladores que aprovam a adoção dos pronunciamentos contábeis do CPC. Não identificamos impactos na Companhia em função das normas vigentes em 2021. **2.6. Normas revisadas não obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.** A seguir são apresentadas as principais IFRS revisadas, ainda não obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021: (i) Alterações à IFRS 3 (CPC 15(R1)) - Referência à Estrutura Conceitual (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022). As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15(R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018. Elas também incluem na IFRS 3 (CPC 15(R1)) a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador aplica a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 19) – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 (ICPC 19) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. A adoção antecipada é permitida se a Companhia também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes. (ii) Alterações à IAS 37 (CPC 25) – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada). As alterações especificam que o "custo de cumprimento" do contrato compreende os "custos diretamente relacionados ao contrato". Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a Companhia ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a Companhia aplica as alterações pela primeira vez. (iii) Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada). As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a Companhia reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A Companhia deve mensurar o custo desses itens de acordo com a IAS 2 (CPC 16(R1)) - Estoques. (iv) Alteração à IFRS 1 (CPC 27(R1)) e CPC 43 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção anteci-

pada). A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adote inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1.D.16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D.16(a). (v) Alteração à IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada). A alteração esclarece que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a Companhia inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a Companhia (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela Companhia ou credor em nome da outra parte. (vi) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) – Definição de estimativas contábeis (aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023). A alteração substitui a definição de uma mudança de estimativa contábil por uma definição de estimativa contábil. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos: • Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; • Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores. (vii) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada). As alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e declaração de prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de políticas contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada). As alterações alteram os requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma Companhia, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a Companhia divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. (viii) Alterações à IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o Lucro – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação ("single transaction"), (aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023). As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. (ix) Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.). As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Não identificamos impactos na Companhia para o exercício de 2022 e no futuro.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir: **3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (incluindo ágios e ativos disponíveis a venda) e investimento reconhecido a valor justo (ROHR).** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide notas explicativas 11 e 13. **3.2. Transações com pagamentos baseados em ações.** A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 20. **3.3. Impostos diferidos ativos/ passivos tributáveis.** Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido pelo valor do imposto que será cobrado de acordo com o lucro recuperável no futuro. Este, corresponde às diferenças temporárias dedutíveis e aborda também a compensação futura dos prejuízos e créditos fiscais que não tiverem sido utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido em 31 de dezembro, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, considerando estratégias de planejamento fiscal futuras envolvendo reorganizações societárias e com base em plano futuro de negócios aprovados pelos órgãos de governança da Companhia que considere premissas operacionais e macroeconômicas em sua elaboração. **3.4. Valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos.** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como stock option, títulos e valores mobiliários e instrumentos de hedge (esses quando aplicáveis), apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para mensurar o valor justo. Esse julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 2.4 (iii) oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **3.5. Provisões para perdas de créditos esperadas em contas a receber.** A Companhia reconhece provisão para perdas com créditos esperadas para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na nota explicativa 2.4 (iv). A avaliação da necessidade de constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia. **3.6. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas (contingências).** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Vida útil dos bens do imobilizado.** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente e conforme descrito na nota explicativa 13.a, não identificou alterações no prazo de vida útil de seus equipamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **3.8. Reconhecimento de receita de serviços prestados.** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras. Essas são registradas considerando essa estimativa quando não faturadas. As premissas contábeis significativas referentes combinação de negócios, provisão pela não rotatividade dos estoque e provisão de participação nos lucros e resultados da Companhia estão descritas nestas demonstrações financeiras conforme notas explicativas 1.2 e 2.4 letras (v) e (xv) respectivamente.

### 4. Gestão de risco financeiro

**4.1. Fatores de risco financeiro.** As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades



CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

# MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

operacionais da Companhia. A Diretoria Financeira estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **4.2. Risco de mercado.** (i) Risco cambial. A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial buscando uma grande maioria de operações denominadas em Reais. No entanto, apresenta operações de suprimentos com valores indexados em moedas estrangeiras. (ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária. O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente às suas operações e a todas as Companhias que atuam no Brasil em seu segmento de atuação. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Veja abaixo, análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros contratadas pela Companhia. (iii) Análise de sensibilidade. Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade de outros instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com o cenário provável segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano (fechamento de 31 de dezembro de 2022).

	Controladora		Consolidado	
	Indicador	Contábil	Provável	
Aplicações Financeiras				
Aplicações financeiras	CDI	110.712	13.562	
Dívida				
4ª emissão de debêntures	CDI	77.129	11.483	
5ª emissão de debêntures	CDI	68.931	11.733	
		146.060	23.216	
Aplicações Financeiras				
Aplicações financeiras	CDI	199.658	24.458	
Dívida				
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	3.945	643	
4ª emissão de debêntures – Mills	CDI	77.129	11.483	
5ª emissão de debêntures – Mills	CDI	68.931	11.733	
Empréstimos	PRE	989	158	
		150.994	24.017	

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referências	31/12/2021	Provável
CDI ativo (%) (i)		12,25%
CDI passivo (%)		12,25%

(i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável para seus instrumentos financeiros uma taxa de 12,25% a.a., informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 4 de março de 2022, para o exercício a partir em 31 de dezembro de 2022 considerando aumento na taxa CDI em linha com aumentos esperados da taxa Selic. **4.3. Risco de crédito.** O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021							
Debêntures	-	7.615	8.055	46.629	54.457	55.285	172.041
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.367	2.693	12.116	11.726	29.990	57.892
Arrendamentos a pagar – veículos	-	316	630	2.822	3.469	98	7.335
Contas a pagar a terceiros	-	33.445	654	831	403	491	35.824
Contas a pagar – partes relacionadas	-	1.295	-	-	-	-	1.295
Em 31 de dezembro de 2020							
Debêntures	-	384	6.889	41.172	56.534	119.521	224.500
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.240	2.428	10.404	12.923	35.023	62.018
Arrendamentos a pagar – veículos	-	248	482	2.119	2.756	2.472	8.077
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	114	-	-	23.644
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	390	-	-	390

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021							
Empréstimos e financiamentos	-	430	105	209	152	93	989
Debêntures	-	9.627	10.042	46.629	54.457	55.285	176.040
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.460	2.879	12.601	12.162	30.062	59.164
Arrendamentos a pagar – veículos	-	316	630	2.822	3.469	98	7.335
Contas a pagar a terceiros	41	38.928	905	1.187	480	1.634	43.177
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos	-	98	2.239	2.561	-	-	4.898
Debêntures	-	500	7.127	59.595	60.495	119.523	247.240
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.460	2.879	12.601	12.162	30.062	59.164
Arrendamentos a pagar – veículos	-	316	630	2.822	3.469	98	7.335
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	6.756	-	-	30.286

## 5. Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia em sua gestão de capital permanece inalterada em relação a 2020. Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão. A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dívida bancária total	146.060	184.560	150.994	210.738
Empréstimos e Financiamentos	-	-	989	4.547
Debêntures brutas (vide nota explicativa n° 17)	146.060	184.560	150.005	206.191
Caixa e equivalentes de caixa	112.997	285.993	202.720	378.905
Depósitos bancários vinculados	11.911	-	11.911	-
Endividamento líquido	(21.152)	101.433	63.637	168.167
Patrimônio líquido	1.090.730	1.097.899	1.092.961	1.097.899
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio Líquido	(0,02)	0,09	0,06	0,15

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social. *Linhas de créditos disponíveis*

## 7. Contas a receber de terceiros

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	PCE
Unidade de negócio				
Construção	65.430	(38.937)	26.493	62.891
Rental	157.669	(38.690)	118.979	104.260
	223.099	(77.627)	145.472	167.151
Circulante	178.942	(33.470)	145.472	109.338
Não circulante	44.157	(44.157)	-	57.813
Unidade de negócio				
Construção	65.430	(38.937)	26.493	62.891
Rental	187.403	(58.664)	128.739	145.060
	252.833	(97.601)	155.232	207.960
Circulante	190.968	(35.736)	155.232	132.546
Não circulante	61.865	(61.865)	-	75.414

As movimentações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(84.673)	(109.387)	(108.346)	(135.323)
Impacto líquido de PCE no resultado:	(11.471)	(407)	(12.876)	(3.147)
Provisão	(15.949)	(29.711)	(18.450)	(34.756)
Reversão	4.478	29.304	5.574	31.609
Baixas (*)	18.517	25.121	23.621	30.886
	(77.627)	(84.673)	(97.601)	(107.584)

(\*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$23.621 no consolidado (R\$18.517 na controladora) que não estão refletidos na demonstração dos fluxos de caixa por não representarem movimentações de caixa. A análise de vencimentos do contas a receber bruto está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	134.893	87.504	141.206	100.159
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	2.445	1.619	2.445	1.619
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	22.369	13.330	24.647	16.889
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	6.215	1.961	6.560	3.039
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	3.608	877	4.199	2.064
Vencidos acima de 180 a 360 dias (*)	9.410	5.046	11.907	8.778
Vencidos acima de 360 dias (*)	44.159	57.814	61.869	75.414
	223.099	167.151	252.833	207.960

(\*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

www.mills.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 04/04/2022 17:12 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicadadeleg.valor.com.br/valor/2022/04/04/MILLS1561465904042022.pdf Hash: 16488439233d2f5c9650ae42209d95af2b312ab5a3



da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surjam em suas atividades operacionais (principalmente em relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras. (i) Contas a receber. A Companhia futura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2021 foi de 56 dias (66 em 2020). Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos conforme o modelo de perda esperada definida pelo CPC 48/IFRS 9. A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA) e (iv) pendências e protestos no Serasa. (ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras consideradas de grande porte, que estejam entre os bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. (iii) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conta corrente	2.285	1.170	3.062	1.199
Banco (i)				
Aplicações	110.712	284.823	199.657	377.706
Banco (i)				
Depósitos bancários vinculados (i)	11.911	-	11.911	-
Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	124.908	285.993	214.630	378.905

(i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os bancos com maiores ativos. **4.4. Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil. A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento. As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021							
Debêntures	-	7.615	8.055	46.629	54.457	55.285	172.041
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.367	2.693	12.116	11.726	29.990	57.892
Arrendamentos a pagar – veículos	-	316	630	2.822	3.469	98	7.335
Contas a pagar a terceiros	-	33.445	654	831	403	491	35.824
Contas a pagar – partes relacionadas	-	1.295	-	-	-	-	1.295
Em 31 de dezembro de 2020							
Debêntures	-	384	6.889	41.172	56.534	119.521	224.500
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.240	2.428	10.404	12.923	35.023	62.018
Arrendamentos a pagar – veículos	-	248	482	2.119	2.756	2.472	8.077
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	114	-	-	23.644
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	390	-	-	390
Em 31 de dezembro de 2021							
Empréstimos e financiamentos	-	430	105	209	152	93	989
Debêntures	-	9.627	10.042	46.629	54.457	55.285	176.040
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.460	2.879	12.601	12.162	30.062	59.164
Arrendamentos a pagar – veículos	-	316	630	2.822	3.469	98	7.335
Contas a pagar a terceiros	41	38.928	905	1.187	480	1.634	43.177
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos	-	98	2.239	2.561	-	-	4.898
Debêntures	-	500	7.127	59.595	60.495	119.523	247.240
Arrendamentos a pagar – imóveis	-	1.460	2.879	12.601	12.162	30.062	59.164
Arrendamentos a pagar – veículos	-	316	630	2.822	3.469	98	7.335
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	6.756	-	-	30.286

## 8. Estoques

Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:

	Controladora	2021	2020
Utilizadas	-	-	-
Não utilizadas	400.000	3.200	-

Não há linhas de créditos bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	2.285	1.170	3.062	1.199
Depósitos bancários vinculados (*)	11.911	-	11.911	-
Aplicações financeiras	110.712	284.823	199.657	377.706
	124.908	285.993	214.630	378.905

(\*) O valor de R\$11.911 está restrito para fins de pagamento de dívida em 31 de



CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**

(\*) Direito de créditos de PIS e Cofins sobre aquisição de software conforme julgamento da administração, consubstanciado pelos nossos consultores tributários. (\*\*) Valor referente a projetos na área de informação, ainda não finalizados, que serão transferidos para o intangível fim, com o respectivo início da amortização, quando concluídos.

	Software	Marcas e patentes	Carteira de Clientes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.977	3.164	-	2.145	101.387	162.673
Aquisição	1.048	-	-	4.609	-	5.657
Alienação	(5)	-	-	-	-	(5)
Transferência	1.661	-	-	(1.661)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.681	3.164	-	5.093	101.387	168.325
Adição por aquisição de controlada - SK	111	-	-	-	-	111
Ágio por aquisição de controlada Nest	-	-	-	-	2.196	2.196
Ágio por aquisição de controlada SK	-	-	-	-	35.417	35.417
Mais-valia do intangível por aquisição de controlada - Nest	-	-	75	-	-	75
Mais-valia do intangível por aquisição de controlada - SK	-	-	2.950	-	-	2.950
Aquisição	1.989	-	-	8.287	-	10.276
Aquisição Altoplat (nota 1.5)	-	50	7.773	-	-	7.823
Transferência	5.360	-	-	(5.618)	-	(258)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	66.141	3.214	10.798	7.762	139.000	226.915
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(36.800)	(878)	-	-	(4.232)	(41.910)
Amortização	(4.484)	-	-	-	-	(4.484)
Alienação	5	-	-	-	-	5
Ajuste crédito PIS e COFINS (*)	(439)	-	-	-	-	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(41.718)	(878)	-	-	(4.232)	(46.828)
Adição por aquisição de controlada - SK	(68)	-	-	-	-	(68)
Mais-valia do intangível por aquisição de controlada - Nest	-	-	(5)	-	-	(5)
Mais-valia do intangível por aquisição de controlada - SK	-	-	(27)	-	-	(27)
Amortização	(5.182)	-	-	-	-	(5.182)
Alienação	1	-	-	-	-	1
Ajuste crédito PIS e COFINS (*)	(528)	-	-	-	-	(528)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(47.495)	(878)	(32)	-	(4.232)	(52.637)
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-	-
<b>Resumo intangível líquido</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.962	2.286	-	5.093	97.155	121.497
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.646	2.336	10.766	7.762	134.768	174.278

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que na controladora é classificado como investimentos. a) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") na controladora. Os ágios originais reconhecidos na Controladora na rubrica de investimentos no valor de R\$13.376 (líquido em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 no montante de R\$9.144) foram oriundos da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e depois na aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado. b) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") no consolidado. O ágio apurado na incorporação de Solaris Participações apresentado no consolidado na rubrica intangível foi inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o seu reconhecimento inicial, no valor de R\$38.011, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do seu valor recuperável. Esse ágio foi gerado na troca de ações quando da aquisição da Solaris e a Administração avaliou junto aos seus assessores legais não considerar dedutível para fins de IR e CS (veja nota explicativa 1 para eventos do exercício). c) Teste de recuperação do valor do Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"). O valor recuperável desse conjunto de ativos alocados às Unidades de Negócio, foi determinado pela Administração com base em projeções econômicas de mercado, refletidas em projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base em multiplicadores do Produto Interno Bruto (PIB) mais a variação de indicadores de inflação (IGP-M), com ganhos reais de preço. Os custos e despesas foram, em linhas gerais, segregados em fixos e variáveis, sendo os variáveis projetados considerando crescimento de volume mais variação de indicadores de inflação (IPCA) e os custos e despesas fixas projetados apenas pela variação do mesmo IPCA. Alguns outros itens foram projetados pelo percentual histórico de sua representatividade sobre a receita de locação. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo imobilizado testado para sua recuperação. Os respectivos fluxos nos testes de recuperação dos ágios foram descontados por taxa de desconto de 11,6% a.a., tanto para Rental quanto para Construção. Foi considerada taxa de crescimento de 1% em termos reais na perpetuidade para ambas as Unidades de Negócio. A Administração não identificou nenhum fato ou evento que justificasse a necessidade de registrar uma provisão para redução ao valor recuperável dos ágios registrados na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

**15. Contas a pagar de terceiros**

	Controladora	Consolidado
Fornecedores nacionais - Terceiros	35.109	22.979
Fornecedores estrangeiros - Terceiros	715	665
	<b>35.824</b>	<b>23.644</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos registrados nos estoques, serviços e bens do ativo imobilizado. Os saldos de fornecedores estrangeiros estão atualizados pela variação cambial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

**16. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2021 foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e capital de giro, sendo indexados a Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Os empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2021 foram contratados com encargos de taxas pré-fixadas de 3,75% a 19,56% a.a. e pós fixadas de 6% a.a. acrescido de CDI, com amortizações em bases mensais.

	Controladora	Consolidado
Circulante	-	783
Não circulante	-	206
		<b>989</b>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 são:

Empresa/controlada	Instituições financeiras
Nest	Banco de Lage Landen Brasil
Nest	Banco Itaú
Nest	Banco do Brasil

Segue abaixo a composição das respectivas garantias contratadas em aberto nas datas para esses empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Controladora	Consolidado
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária	-	1.147
As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas abaixo:		

	Controladora	Consolidado
2022	-	746
2023	-	152
2024	-	48
2025	-	43
		<b>989</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia atingiu as cláusulas restritivas de seus contratos de empréstimos e financiamentos.

**17. Debêntures**

	Controladora	Consolidado
Descrição	Série	Valor emitido
1ª emissão - Solaris (i)	Única	80.000
4ª emissão - Mills (ii)	Única	100.000
5ª emissão - Mills (iii)	Única	84.000
Total		
Circulante		
Não circulante		

(i) 1ª emissão de debêntures (controlada - Solaris Equipamentos). Em 20 de março de 2014, a controlada Solaris Equipamentos aprovou a sua primeira emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirográfrica no montante de R\$80.000, valor nominal unitário de R\$10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de "spread", com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015. Em 17 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado a celebração de aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Solaris Equipamentos e Serviços S.A.", de 19 de março de 2014, conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a fim, principalmente, de incluir carência de 12 meses para pagamento do principal a partir de abril de 2020, com vencimento em 20 de fevereiro de 2022, estabelecendo também nova sobretaxa de remuneração de 5%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Controlada apresenta as garantias contratadas no montante de R\$18.716. **Covenants.** As escrituras de emissão das debêntures da controlada preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo: (1) Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual. (2) O Índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) nos exercícios sociais até a data de vencimento. Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Controlada atingiu todos os **covenants** as quais estava sujeita. Esses **covenants** são mensurados a cada encerramento do exercício (31 de dezembro). (ii) 4ª emissão de debêntures (Controladora - Mills). O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 3 de março de 2020, a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão. A Emissão foi composta por 100.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, portanto, R\$100.000, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais foram ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano. Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão foram originalmente destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio. Conforme Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de setembro de 2021 ("AGD") que aprovou a liberação de todos os imóveis objeto do "Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças", celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário em 3 de março de 2020, foi aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"), cumulativamente: (i) do aumento do Valor Mínimo de Garantia, conforme definido no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças", celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário em 3 de março de 2020 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), de 10% (dez por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures para 15% (quinze por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, desconsiderando os valores a serem retidos na Conta Vinculada, conforme previsto no item (ii) a seguir, e (ii) retenção, na Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) de montante equivalente a 5% (cinco por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures; (iii) em razão da aprovação do item (i) foi realizado o pagamento de comissionamento equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures, a título de assessoria prestada pelo Banco. **Covenants.** As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 2. (2) Para fins de apuração dos **covenants** da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06). (i) "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada. (ii) "EBITDA" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atingiu todos os **covenants** as quais estava sujeita em relação a essa emissão de debêntures. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 15 de setembro de 2020 a emissão de debêntures as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de

Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Instrução CVM 476" e "Oferta", respectivamente), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A." ("Escritura de Emissão") assim como: (a) alienação fiduciária de máquinas, equipamentos e bens móveis ("Máquinas e Equipamentos" e "Alienação Fiduciária"), nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e Outras Avenças", celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária"); e (b) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios oriundos da conta vinculada, de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Depositário (conforme abaixo definido), bem como de todo e qualquer montante relacionado aos investimentos permitidos, que foram definidos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) ("Cessão Fiduciária" e, quando em conjunto com a Alienação Fiduciária, "Garantias Reais"), nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças", celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, quando em conjunto com o Contrato de Alienação 2 Fiduciária, "Contratos de Garantia", os quais, em conjunto com a presente RCA, a Escritura de Emissão e o Contrato de Depósito, foram denominados "Documentos da Operação". Em 4 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração se reuniu para ratificar e aprovar a aprovação da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de reais). A Emissão foi composta por 84.000.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando, portanto, R\$84.000.000,00 com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais foram ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+4,25% ao ano. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita foram originalmente destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos, ao reforço de caixa e/ou ao capital de giro da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária de negócio. **Covenants.** As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 3x (três vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x. (2) Para fins de apuração dos **covenants** da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06). i. "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada. ii. "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada. iii. "EBITDA" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes. Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Controlada atingiu todos os **covenants** as quais estava sujeita. Esses **covenants** são mensurados a cada encerramento do exercício (31 de dezembro). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta as garantias contratadas montante de R\$279.420. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos das debêntures, brutos dos custos de transação, são de R\$52.264 no passivo circulante e de R\$97.741 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$51.362 e R\$95.906 (em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto de debêntures é de R\$58.596 no passivo circulante e de R\$147.595 no passivo não circulante, e R\$57.829 e R\$145.285 líquidos dos custos de transação).

	Controladora	Consolidado
Salários e encargos - Diretoria	9.392	9.712
Honorários do Conselho de Administração	4.278	4.146
Bônus	965	965
Participação nos lucros e resultados	3.198	1.881
Programa de opções de ações	3.331	6.068
	<b>21.164</b>	<b>21.807</b>

Esses montantes refletem os benefícios diretos e indiretos, bônus e participações nos lucros, bem como encargos sociais e previdenciários quando aplicáveis, desembolsados ao pessoal chave da Companhia. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 benefícios de médio ou longo prazo oferecidos a esses executivos, conforme notas explicativas 20.b e 20.c. **c) Transações com empresas controladas.** Os montantes referentes às transações "intercompany" estão relacionados a sublocação de equipamentos entre as companhias, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Contas a receber		
Solaris Equipamentos	826	1.264
Nest	182	31
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Contas a pagar		
Solaris Equipamentos	10.870	1.490
Nest	-	142
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>

(\* ) valor referente a transações **intercompany** relacionadas ao rateio de despesas com **backoffice** e sublocação de imóveis que não ocorreram mais no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os saldos com a parte relacionada referem-se, basicamente, a sublocação de equipamentos e venda de peças. Essas transações não estão sujeitas a incidência de juros, atualização monetária e prazo de vencimento.

**20. Benefícios a empregados**

a) **Benefícios plano de saúde pós-emprego.** Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos.



Na adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação. Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 é a substituição do custo linear com aluguel (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações. A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

**18. Arrendamentos**

a) **Movimentação do direito de uso - Ativo**

	Controladora	Consolidado
Direito de uso		
Veículos		
Saldo em 1º de janeiro	7.118	1.831
Adições/atualizações de contratos	2.929	8.975
Baixas	(290)	(1.515)
Depreciação acumulada	(3.297)	(2.173)
Imobilizado líquido	6.460	7.118
Imóveis		
Saldo em 1º de janeiro	44.455	49.250
Remensuração (*)	-	-
Adições/ atualizações de contratos	13.031	6.881
Baixas	(2.870)	(773)
Depreciação acumulada	(13.207)	(10.903)
Imobilizado líquido	41.409	44.455

b) **Movimentação do arrendamento - Passivo**

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento		
Veículos		
Saldo em 1º de janeiro	7.143	1.890
Remensuração (*)	-	-
Atualização de contratos	2.929	8.975
Baixas	(290)	(1.516)
Pagamentos	686	134
Encargos financeiros	6.735	7.143
Arrendamentos a pagar - Veículos		
Imóveis		
Saldo em 1º de janeiro	48.472	51.286
Remensuração (*)	-	-
Atualização de contratos	13.031	6.881
Baixas	(2.870)	(773)
Pagamentos	(17.355)	(13.452)
Encargos financeiros	4.072	4.530
Arrendamentos a pagar - Imóveis	45.350	48.472
Total arrendamentos a pagar	52.085	55.615
Circulante	15.143	14.359
Não circulante	36.942	41.256

(\*) Remensuração calculada no 4º trimestre de 2019 baseada na orientação CVM por meio de Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº02/2019, onde a Controladora e Controlada ajustaram o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS para apresentar bruto dos referidos impostos.

c) **Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto.** O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

	Imóveis	Veículos
Prazos de contrato		
2022	38,00%	52,00%
2023	27,00%	47,00%
2024	17,00%	1,00%
2025	12,00%	-
2026	3,00%	-
2027	1,00%	-
2028	1,00%	-
2029	1,00%	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de dezembro de 2021:

CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**

tos. As hipóteses atuárias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuárias são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido. Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente no fechamento anual do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1).

	Controladora e Consolidado (*)	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	11.868	12.645
Custo do Serviço corrente	120	161
Juros líquidos sobre valor líquido de passivo (ativo)	873	888
Ajuste de avaliação patrimonial de passivo (ativo)	(3.941)	(1.826)
Benefício pós-emprego	8.920	11.868

(\*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são integralmente registrados na controladora. As principais premissas atuárias utilizadas são: *Hipóteses econômicas e financeiras*

2021	
Taxa de desconto	9,12% a.a. (5,43% real a.a.)
Inflação Médica (HCCTR)	6,61% a.a. (3,00% real a.a.)
Aging Factor	3,00% a.a.
Inflação de longo prazo	3,50% a.a.

*Hipóteses biométricas e demográficas*

2021	
Taxa de desligamento (*)	85% / (TS+1)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Idade de aposentadoria	100% aos 60 anos
Probabilidade de Adesão	10%
Composição familiar antes da aposentadoria/Probabilidade de casados	90% dos participantes
Composição familiar antes da aposentadoria/Diferença de idade ] para os participantes ativos	Homem 4 anos mais velho que a mulher
Composição familiar após a aposentadoria	Composição real do grupo familiar

(\*) TS = tempo de serviço. *Análise de sensibilidade.* As premissas atuárias significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: custos médicos e taxa de desconto. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2021 demonstradas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do exercício das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança de premissa	Diminuição de passivo	Mudança de premissa	Aumento do passivo
Mudança no PBO - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	1.605	diminuição de 1,0 p.p	1.294
Mudança na despesa - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	166	diminuição de 1,0 p.p	133
Mudança no PBO - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	663	diminuição de 0,5 p.p	744
Mudança na despesa - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	27	diminuição de 0,5 p.p	29

*Riscos inerentes ao benefício pós-emprego.* Os riscos inerentes identificados ao benefício pós-emprego são: (i) risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente; e (ii) risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente. **b) Plano de opção de compra de ações.** A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados em Assembleia Geral de Acionistas, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			Opções em aberto
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(587)	-
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(856)	-
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(677)	-
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(260)	-
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	(526)	(836)	338

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente ao seu componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os "stock prices" com bases em "valuations" de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo. Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Preço médio ponderado por opção	Preço médio ponderado na data da concessão	Preço do exercício na data de concessão	Volatilidade na data de concessão	Rendimento dos dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão	Fundamentos para realização	
									Valor justo médio ponderado por opção	Preço médio ponderado na data da concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos	236.128	11.802 (17.799)
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos	230.131	314.618
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos	18.818	(22.560)
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos	-	-
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos	-	-
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos	-	-
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos	-	-
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos	-	-
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos	-	-
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos	-	-

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano é fixado pelo Conselho de Administração da Companhia. A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

	31/12/2021	31/12/2020
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e ex-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	106
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	587	587
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	856	856
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	677	677
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.701	4.701
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	-	-
Número de opções canceladas (milhares)	260	260
Programa 2016:		
Reserva de capital	2.927	2.520
Número de opções a exercer (milhares)	338	558
Número de opções exercidas (milhares)	526	311
Número de opções canceladas (milhares)	836	831
Total registrado como patrimônio (acumulado)	53.313	52.906
Efeito no resultado líquido do exercício	407	409

**c) Programa de incentivo com ações restritas.** A Companhia possui planos de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares			Ações em aberto
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	
Programa 2019	14/08/2019	31/12/2021	858	-	-	858
Programa 2020	14/10/2020	31/12/2022	566	-	-	566

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o "dividend yield" e os "stock prices", tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo. Em 14 de outubro de 2020, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários sobre a aprovação do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia 2020 ("Programa de Ações Restritas 2020"), no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia ("Plano de Ações Restritas") aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018. Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Valor justo médio ponderado por ação	Preço médio ponderado na data da concessão	Preço do exercício na data de concessão	Volatilidade na data de concessão	Rendimento dos dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão	Fundamentos para realização	
								Valor justo médio ponderado por ação	Preço médio ponderado na data da concessão
2019	7,43	7,44	0,00	55,71%	0,00%	2,36%	29 meses	8.312	4.130
2020	6,11	6,12	0,00	75,89%	0,00%	0,58%	27 meses	4.183	3.028

	31/12/2021	31/12/2020
Plano 2019:		
Reserva de capital	6.387	3.744
Número de opções a exercer (milhares)	858	858
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Plano 2020:		
Reserva de capital	1.925	386
Número de opções a exercer (milhares)	566	566
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	8.312	4.130
Efeito no resultado	4.183	3.028

**d) Programa de participação nos resultados.** A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa do exercício. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13. O Programa de Participação Resultados da Companhia é baseado no atingimento do EBITDA ajustado. Todos os colaboradores da Mills e controlada com pelo menos 90 dias trabalhados são elegíveis. Em 30 de abril de 2021, foi realizado pagamento referente ao programa de participação de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$5.936 na controladora e R\$6.116 no consolidado. Em 31 de maio de 2021, foi realizado pagamento complementar referente ao programa de

participação de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$33 na controladora. Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo registrado é o montante de R\$ 13.967 na controladora e R\$14.146 no consolidado (R\$5.865 e R\$7.226, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). As diferenças entre o pago em 2021 e o provisionado em 31 de dezembro de 2020 se devem a ajustes efetuados posteriormente pela Administração no processo de aprovação desse benefício em 2021. (1) EBITDA CVM menos itens não recorrentes e os efeitos do IFRS 16.

**21. Imposto de renda e contribuição social**

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição Social	138.881	(1.563)	141.197	2.594
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(47.219)	531	(48.007)	(882)
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	9.541	(3.826)	9.296	(6.459)
Resultado de equivalência patrimonial	1.283	111	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(36.395)	(3.184)	(38.711)	(7.341)
Alíquota efetiva	26%	-204%	27%	283%

(\*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perda de dívida e multas não compensatórias. b) A movimentação de IR e CS diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	Controladora			Consolidado					
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2020
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	(672)	-	-	(672)	(672)	-	-	(672)	-
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)	(2.437)	-	-	(2.437)	-
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa	(30)	-	(30)	(30)	-	-	-	(30)	-
Arrendamento financeiro	1.430	-	1.430	(4.438)	4.437	-	-	(1)	-
Atualização de depósito judicial	(1.897)	747	-	(1.150)	(1.897)	747	-	(1.150)	-
Debêntures	(1.045)	114	-	(931)	1.045	114	-	(931)	-
Depreciação acelerada	(1.505)	751	-	(754)	(1.873)	751	(71)	(1.193)	-
Hedge sobre imobilizado	(158)	-	(73)	(231)	(158)	-	(73)	(231)	-
Varição cambial ativa - competência	(770)	771	-	1	(770)	771	-	1	-
Ágio SGC III	-	-	-	-	2.424	-	(1.442)	-	982
Ajuste a valor justo (Rohr)	3.612	1.811	-	5.423	3.612	1.811	-	5.423	-
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa (adoção inicial)	36	-	-	36	36	-	-	36	-
Ajuste PCE adoção inicial	-	-	-	-	588	1.219	-	1.219	-
CPC 48/IFRS 9	588	-	-	1.421	1.162	635	(277)	1.520	-
Arrendamento IFRS 16	1.136	285	-	1.421	1.162	635	(277)	1.520	-
Benefício pós-emprego	507	-	-	507	507	-	-	507	-
Benefício pós-emprego (ajuste inicial)	3.529	-	(1.003)	2.526	3.529	-	(1.003)	2.526	-
Gratificações a pagar	1.450	112	-	1.562	1.450	112	-	1.562	-
Outras provisões	-	-	-	-	940	222	(807)	355	-
Perda por desvalorização de ativo	1.002	-	(34)	968	1.003	-	(34)	969	-
Perdas estimadas por valor não recuperado (Rohr)	12.727	-	-	12.727	12.727	-	-	12.727	-
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL	187.629	-	(13.065)	174.564	263.019	-	(14.373)	248.646	-
Provisão de participação nos lucros e resultados	1.994	2.757	-	4.751	2.287	2.758	(361)	4.684	-
Provisão estoque giro lento	1.655	-	(393)	1.262	2.715	-	(401)	2.314	-
Provisão para descontos e cancelamentos	384	-	(31)	353	384	-	(31)	353	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	7.790	2.196	-	9.986	9.959	2.632	-	12.591	-
Provisão para realização crédito ICMS	25	-	(3)	22	25	-	(3)	22	-
Perda para redução ao valor realizado	-	164	-	164	-	164	-	164	-
Provisões de custos e despesas	174	-	(104)	70	173	-	(104)	69	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.729	-	(2.298)	4.431	8.523	56	(2.621)	5.958	-
Stock Options	11.450	2.094	-	13.544	11.450	2.094	-	13.544	-
Varição cambial passiva	795	-	(795)	-	795	-			

CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.**



(i) Em 31 de dezembro de 2021, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$4.590. Esse montante refere-se basicamente aos depósitos judiciais referentes aos processos de MS 2004.001.104294-8 e MS 2004.002.018619-4 que totalizam R\$3.800. (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas-extras, periculosidade e equiparação salarial. (iii) Depósitos judiciais relativos a ações indenização por danos materiais e morais das quais a Companhia é ré. A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias (i)	90.541	61.715	110.025	71.289
Cíveis (ii)	7.226	4.928	9.581	9.941
Trabalhistas (iii)	7.959	9.502	8.394	11.102
	105.726	76.145	128.000	92.331

(i) Principais discussões Tributárias: (a) Auto de Infração de ICMS recebido pela Companhia Sullair (empresa incorporada em 2020 pela Solaris); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R\$59.000 de principal que perfaz um total de cerca de R\$200.000, acrescido de multa e juros em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 200.000 em 31 de dezembro de 2020). Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios de 2012 e 2013. Após defesa administrativa, o valor possível de perda foi reduzido para o montante de R\$4.319 pois houve o reconhecimento de que a maioria dos ativos constantes do Auto de Infração eram de locação e não estoques para revenda, não existindo a incidência de ICMS nessa operação. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, aujuzada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS. (b) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis incluídas no PIS e COFINS, na interpretação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil. Os valores atualizados em discussão em 31 de dezembro de 2021 montam a R\$ 10.665 (R\$ 10.348 em 31 de dezembro de 2020). (c) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido. Os valores atualizados em discussão em 31 de dezembro de 2021 montam a R\$ 4.126 (R\$ 4.093 em 31 de dezembro de 2020). (d) Não reconhecimento por parte dos órgãos do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98. Os valores atualizados em discussão em 31 de dezembro de 2021 montam a R\$ 4.002 (R\$ 3.948 em 31 de dezembro de 2020). (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre créditos parcelados por denúncia espontânea. Os valores atualizados em discussão em 31 de dezembro de 2021 montam a R\$ 1.388 (R\$ 1.340 em 31 de dezembro de 2020). (f) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os valores atualizados em discussão em 31 de dezembro de 2021 montam a R\$ 1.693 (R\$ 1.627 em 31 de dezembro de 2020). (h) Em 22 de junho de 2021 a Companhia recebeu auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para a cobrança do imposto sobre a renda retido na fonte, relativo a fato gerador supostamente ocorrido em 10 de maio de 2019, com multa de ofício (75% e juros de mora, no valor total de R\$21.683 que atualizado a data de 31 de dezembro de 2021 compõe o valor total de R\$22.340. De acordo com as alegações contidas no Relatório de Auditoria Fiscal que acompanhou o auto de infração, a Sullair Argentina S.A., pessoa jurídica sediada no exterior, teria supostamente auferido ganho de capital, tributável pelo IR/Fonte, quando da incorporação da Solaris Participações Equipamentos e Serviços S.A. pela Companhia. Assim, tendo em vista que a Autoridade Fiscal entendeu que a Companhia seria a adquirente do investimento supostamente alienado pela Sullair Argentina, foi atribuída à Companhia a responsabilidade pelo recolhimento do IR/Fonte, com base no que dispõe o artigo 26 da Lei nº 10.833/2003. Ante as acusações formuladas pela Receita Federal do Brasil, a Companhia apresentou seus argumentos de defesa em impugnação administrativa datada de 21 de julho de 2021, tendo os consultores jurídicos da Companhia classificado a probabilidade de perda como possível. De toda forma, no caso de eventual perda da ação, a Sullair Argentina S.A. reembolsará a Companhia nos valores envolvidos, incluindo custas e honorários. (i) As Autoridades Fiscais notificaram a Solaris Equipamentos e Serviços S.A. ("Controladora"), em 1º de setembro de 2021, por meio de decisão da impugnação apresentada ao auto de infração referente ao processo administrativo nº 11274.720224/2020-90, a exigência do recolhimento de IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de ofício (75%), multa isolada (50%), por ausência de recolhimento de estimativas, e juros de mora, no valor total de R\$5.886. De acordo com a tese sustentada pelas Autoridades Fiscais, a Controladora não poderia ter excluído, na apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, dos anos de 2015 a 2018, as parcelas relativas ao ágio originado da aquisição de suas ações pela SCG IIIA Holding Ltda. A Controladora apresentou tempestivamente, em 1º de outubro de 2021, por meio de seus advogados, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), para combater ao referido auto de infração, contestando todas as alegações sobre os supostos tributos exigíveis. A classificação de risco foi considerada pelos advogados como possível. O período de 2019 não foi incluído na apuração dos supostos tributos exigíveis, e considerando a hipótese de haver interpretação semelhante à atual com lavratura de novo auto de infração por parte das Autoridades Fiscais, ainda haveria um risco potencial de aproximadamente R\$760. (ii) Cíveis. A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material. A variação entre exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 foi principalmente oriunda da atualização desses processos ativos durante o exercício corrente. (iii) Trabalhistas. A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

**23. Tributos a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL	7.336	1.920	8.982	2.917
IRRF*	6.293	6.037	6.391	6.045
PIS e COFINS*	10.177	7.307	10.464	7.307
INSS	322	50	326	52
ICMS	281	723	350	724
ISS	242	101	248	115
Outros	615	415	638	444
	25.266	16.553	27.399	17.604
Circulante	14.601	6.205	16.734	7.256
Não circulante	10.665	10.348	10.665	10.348

(\*): Não homologação pela receita federal dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014, por inconsistências no cálculo identificadas pela Administração. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida pela receita federal, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos.

**24. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)**

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses. b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora. c) Foram parcelados débitos de: i. PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004). ii. IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004). iii. CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004). iv. INSS - Contribuição adicional ao SAT. INSS - Contribuição adicional ao SAT. Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal à época que não considerava locação de bens móveis como prestação de serviço. Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos. A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011. Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011. d) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos. Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo. e) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de consolidação.

	Saldo em 31 de dezembro de 2020			Atualizações			Saldo em 31 de dezembro de 2021		
	Quantidade de ações	Valor	%	Quantidade de ações	Valor	%	Quantidade de ações	Valor	%
PIS	881	(379)	-	124	626	-	124	626	-
COFINS	2.743	(1.179)	-	384	1.948	-	384	1.948	-
IRPJ	1.126	(484)	-	158	800	-	158	800	-
CSLL	106	(46)	-	15	75	-	15	75	-
INSS	343	(31)	-	52	364	-	52	364	-
	5.199	(2.119)	-	733	3.813	-	733	3.813	-
Circulante	1.456	-	-	-	1.483	-	-	1.483	-
Não Circulante	3.743	-	-	-	2.330	-	-	2.330	-

**25. Patrimônio líquido**

a) Capital subscrito. Em reunião do Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovada o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do programa 1/16, no valor de R\$8 mil passando de R\$1.089.642 para R\$1.089.650. Em reunião do Conselho de Administração em 21 de maio de 2021 foi aprovada o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do programa 1/16, no valor de R\$686 mil passando de R\$1.089.650 para R\$1.090.336. O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 é representado pelo valor de R\$1.090.336 (R\$1.089.642 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 252.169 mil (251.954 mil em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas. Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações (em milhares)	%	Quantidade de ações (em milhares)	%
Andres Cristian Nacht	13.599	5,39%	13.656	5,42%
Snow Petrel LLC	23.677	9,39%	23.677	9,40%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia(1)	22.957	9,10%	22.957	9,11%
Família Nacht (total)	60.233	23,88%	60.290	23,93%
Sun Fundo de Investimentos em Participações				
Multiestratégia (3)	51.557	8,76%	51.556	20,46%
Sullair Argentina S.A. (2)	22.096	20,45%	22.096	8,77%
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda (4)	15.115	5,99%	-	0,00%
Outros	103.168	40,91%	118.012	46,84%
	252.169	100,00%	251.954	100,00%

(1) Signatários do Acordo de Acionistas da Família Nacht, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02. (2) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos, e a Sullair Argentina passou a deter 22.096.641 ações da Companhia. (3) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos, e a SCG III Fundo de Investimentos em Participações passou a deter 51.556.496 ações da Companhia. Em 23 de novembro de 2020, a totalidade destas ações foram transferidas para o fundo Sun Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. (4) Em 8 de abril de 2021, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM. b) Reservas de lucros. b.1) Reserva legal. Quando apurado lucro ao final do exercício findo em 31 de dezembro, a reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu reserva legal somando o montante de R\$ 5.985 (R\$ 860 em 31 de dezembro de 2020). b.2) Retenção de lucros. Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu reserva de lucro somando o montante de R\$ 38.437. c) Reserva de capital (prêmio de opções de ações). A reserva de capital é constituída entre outras por reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$61.625 em 31 de dezembro de 2021, referente aos planos de "stock options" para os empregados e os programas de incentivo a longo prazo de ações restritas (em 31 de dezembro de 2020 - R\$57.036). d) Custo com emissão de ações. Os custos com emissão de ações representam custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital que somam R\$18.448. e) Ações em Tesouraria A composição das ações em tesouraria entre o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está apresentada na tabela abaixo:

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor total (R\$ mil)
Acionistas	1.689	15.056
Saldo inicial em 31.12.2020	7.041	55.099
Recompra de ações	8.730	70.155
Saldo final em 31.12.2021		

Em 18 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou, o 2º Plano de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de sua emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução de capital, com o objetivo de utilizar para:(i) os Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, (ii) como instrumento

de negociação com potenciais targets (M&A) e/ou (iii) cancelamento de parte das ações recompradas para maximizar a geração de valor para os acionistas e melhorar a estrutura de capital da Companhia, nos seguintes termos: (i) a quantidade de ações que podem ser adquiridas é de até 7.558.687 ações, que correspondem a 6,51% das ações em circulação nesta data. ii) o prazo máximo para a realização da operação ora autorizada é de 18 meses, de 18 de março de 2021 até 16 de setembro de 2022, inclusive. iii) as ações serão adquiridas na B3 ao preço de mercado. No segundo trimestre de 2021, foram efetuadas recompras de 2.348.300 ações, ao preço médio de R\$8,20 por ação, totalizando R\$ 19.266. No terceiro trimestre, foram efetuadas recompras de 3.490.700 ações, ao preço médio de R\$7,91 por ação, totalizando R\$27.597. No quarto trimestre, foram efetuadas recompras de 1.309.500 ações, ao preço médio de R\$6,29 por ação, totalizando R\$8.237. O total de ações recompradas em Tesouraria registradas contabilmente em 31 de dezembro de 2021 valorizadas pela cotação B3 nessa data montaria a R\$55.785. f) Juros sobre capital próprio e Dividendos. Em reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 2021 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$5.837 (R\$5.367, líquidos de impostos), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia equivalente a R\$0,02 por ação, com retenção de 15% (quinze por cento) de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor, excetuadas dessa retenção os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas. Em reunião do Conselho de Administração de 21 de agosto de 2021 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP") e de dividendos intermediários ("Dividendos"), nos seguintes termos: (i) distribuição aos seus acionistas de JCP no valor total de R\$12.046 (R\$11.098 líquido de impostos), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, equivalente a R\$0,04, bruto, por ação, com retenção de 15% (quinze por cento) de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor, excetuadas dessa retenção os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas. (ii) distribuição de Dividendos no valor total de R\$8.064, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, equivalente a R\$0,03, por ação. O pagamento dos JCP e Dividendos ("Proventos") ora declarados será creditado aos acionistas em 30 de agosto de 2021, na proporção de suas participações no capital social da Companhia, utilizando-se como data-base de cálculo a posição acionária da Companhia em 17 de agosto de 2021 (record date). A partir de 18 de agosto de 2021 (inclusive), as ações de emissão da Companhia serão negociadas "ex" Proventos (ex-direitos). Em reunião do Conselho de Administração de 11 de novembro de 2021 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP") e de dividendos intermediários ("Dividendos"), referentes ao terceiro trimestre de 2021, imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2021, no valor total de R\$ 20.165 (vinte milhões, cento e sessenta e cinco mil, seletosentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos), a serem creditados aos acionistas no dia 30 de novembro de 2021, correspondendo R\$ 0,0824299307, bruto, por ação da Companhia, desconideradas as ações mantidas em tesouraria, com retenção de 15% (quinze por cento) de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor, excetuadas dessa retenção os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas. A distribuição terá como data-base de cálculo a posição acionária de 17 de novembro de 2021 (record date), incluindo as negociações realizadas em tal data. A partir de 18 de novembro de 2021, inclusive, as ações de emissão da Companhia serão negociadas "ex" JCP. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, deste valor foi creditado aos acionistas o montante de R\$46.112, permanecendo um saldo de R\$1 em aberto. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 12.812.

**26. Resultado por ação**

a) Básico. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	102.486	(4.747)	207.626	207.493
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	207.626	207.493	207.626	207.493
Lucro (Prejuízo) básico por ação provenientes das operações continuadas	0,49	(0,02)	0,49	(0,02)

Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade  
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)  
Lucro (Prejuízo) básico por ação provenientes das operações continuadas

Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade  
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)  
Lucro (Prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas

Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade  
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)  
Lucro (Prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas

Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade  
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)  
Lucro (Prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas

Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade  
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)  
Lucro (Prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas

**27. Receita líquida de locação, vendas e serviços**

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Controladora		Consolidado (*)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Locação	721.355	397.472	745.363	498.759
Vendas de novos	7.046	11.010	25.283	22.525
Venda de seminovos	40.825	21.023	42.509	32.502
Venda de seminovos (outros)	4.980	1.752	5.051	1.875
Assistência técnica	4.807	4.191	5.696	9.942
Indenizações	7.332	13.329	7.332	13.329
Outros (i)	11.340	8.669	11.829	10.109
Total receita bruta	797.685	457.446	843.063	589.041
Impostos sobre vendas e serviços	(67.979)	(39.433)	(74.655)	(51.885)
Cancelamentos e descontos	(26.748)	(17.874)	(30.290)	(30.817)
	702.958	400.139	738.118	506.339

(i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

**28. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)**

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com: (i) Pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas. (ii) Fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos. (iii) Aluguel de equipamentos de terceiros. (iv) Gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPLs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, serrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojetadoras, talhas e ferramentas em geral). (v) Provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável, conforme notas explicativas 11 e 16, respectivamente. As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do backoffice administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de "stock options", provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Controladora	31/12/2021			31/12/2020		
	Custos diretos	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos diretos	Despesas gerais e administrativas	Total
<b>Natureza</b>	<b>obras e administração</b>	<b>obras e administração</b>	<b>obras e administração</b>	<b>obras e administração</b>	<b>obras e administração</b>	<b>obras e administração</b>
Pessoal	(59.791)	(96.195)	(155.986)	(45.754)	(62.604)	(108.358)
Terceiros	(2.114)	(40.580)	(42.694)	(1.807)	(24.909)	(26.716)
Frete	(24.351)	(2.116)	(26.467)	(12.537)	(1.690)	(14.227)
Materiais construção/manutenção e reparo	(99.083)	(17.674)	(116.757)	(54.971)	(4.458)	(59.429)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.444)	(4.465)	(5.909)	(18.357)	(1.320)	(19.677)
Viagem	(7.128)	(6.849)	(13.977)	(3.308)	(2.539)	(5.847)
Custo das mercadorias vendidas	(5.161)	-	(5.161)	(6.549)	-	(6.549)
Depreciação/Amortização						

CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

# MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios. Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item. Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio denominada Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura. a) Unidade de negócio Construção. A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispoñdo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem. b) Unidade de negócio Rental. A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados. Demonstração do resultado por segmento de negócio – Acumulado

	Construção		Rental		Outros (*)		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	95.242	84.095	607.716	316.044	-	-	702.958	400.139
(-) Custos	(34.009)	(43.814)	(172.567)	(119.064)	-	-	(206.576)	(162.878)
(-) Despesas	(39.057)	(31.513)	(166.150)	(75.544)	629	(642)	(204.577)	(107.699)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.605)	7.549	(8.865)	(7.956)	-	-	(11.470)	(407)
(-) Depreciação e amortização	(45.530)	(47.610)	(90.246)	(75.103)	-	-	(135.776)	(122.713)
(+) Outras receitas	836	522	975	527	-	-	1.811	1.049
(-) Perdas estimadas por valor não recuperável	102	(151)	-	-	-	-	102	(151)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(506)	28	-	-	(506)	28
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(25.021)	(30.922)	170.357	38.932	629	(642)	145.966	7.368

	Construção		Rental		Outros (*)		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	95.242	84.095	642.876	422.244	-	-	738.118	506.339
(-) Custos	(34.009)	(43.814)	(189.987)	(140.864)	-	-	(223.996)	(184.678)
(-) Despesas	(39.057)	(31.513)	(174.397)	(125.003)	629	(642)	(212.825)	(157.158)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.605)	7.549	(10.063)	(10.696)	-	-	(12.668)	(3.147)
(-) Depreciação e amortização	(45.530)	(47.610)	(99.310)	(102.728)	-	-	(144.840)	(150.338)
(+) Outras receitas	836	522	2.026	2.145	-	-	2.862	2.667
(-) Perdas estimadas por valor não recuperável	102	(151)	-	-	-	-	102	(151)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(25.021)	(30.922)	171.145	45.098	629	(642)	146.753	13.534

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros (*)		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado	420.446	435.022	1.154.135	1.032.395	-	-	1.574.581	1.467.417
Custo de aquisição	(353.876)	(332.826)	(849.351)	(750.011)	-	-	(1.203.227)	(1.082.837)
(-) Depreciação acumulada	66.570	102.196	304.784	282.384	-	-	371.354	384.580
Imobilizado líquido	261.855	309.925	766.143	710.489	26.748	27.703	1.054.746	1.048.117
Outros ativos	328.425	412.121	1.070.927	992.873	26.748	27.703	1.426.100	1.432.697
Ativo total	590.280	722.046	1.837.070	1.703.362	53.496	55.406	2.480.846	2.480.814

(\*) Trata-se de operações remanescentes das antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos. A Companhia não tem concentração de receita ou contas a receber em qualquer cliente em percentual superior à 10% das receitas e contas a receber totais.

## 31. Instrumentos financeiros

31.1. Categoria dos instrumentos financeiros. A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

Classificação	Nível	Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa "Swap"	Custo amortizado	1	112.997	285.993	202.719	378.905
	Valor justo por meio de resultado	1	-	-	-	808
	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	34.013	39.341	34.013	39.341
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	145.472	82.478	155.232	100.374
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.008	6.410	-	-
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	989	-	4.547
Debêntures	Custo amortizado	-	143.323	181.484	147.268	203.115
Arrendamentos	Custo amortizado	-	52.085	55.615	53.241	56.330
Contas a pagar a terceiros	Custo amortizado	-	35.824	23.629	43.177	30.271
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.295	390	-	-

31.2. Valor justo dos instrumentos financeiros. Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). a) Valor justo do caixa e equivalente de caixa. Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação

dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos. b) Valor justo do Investimento Rohr. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$36.262 (R\$39.341 em 31 de dezembro de 2020), conforme apresentado na nota explicativa 11.b. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3. 31.3. Instrumento financeiro ao custo amortizado. a) Empréstimos e financiamentos. Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável. Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

Indicador	Valor contábil Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Dívida		
1ª emissão de debêntures - Solaris Equipamentos	3.945	21.631
4ª emissão de debêntures	77.129	100.318
5ª emissão de debêntures	68.931	84.242
Total	150.005	206.192

## 32. Valor justo dos Instrumentos financeiros derivativos

A Controlada contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

Referência em 2018	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigação (ponta passiva)	Vencimento	Ponta		Saldo "swap"
				ativa	passiva	
Banco do Brasil	8.678	Variação cambial + 7,75% a.a.	100% CDI+3,63%	13/08/2021	-	-

Como descrito acima o vencimento dessa operação foi em agosto de 2021 e a Companhia não contratou novos instrumentos financeiros derivativos.

## 33. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Natureza				
Riscos operacionais	2.313.123	1.628.285	2.428.764	2.299.610
Danos patrimoniais	490.294	429.946	560.096	488.598
Responsabilidade civil	112.000	110.000	121.400	110.500

## 34. Eventos Subsequentes

a) Aquisição de ativos da Altoplat (estoques, máquinas e equipamentos/intangível). Em conexão com a operação descrita na nota explicativa 1.5 (Aquisição de ativos não circulantes Altoplat), a Companhia concluiu em 07 de fevereiro de 2022, a segunda e última parte da operação de aquisição de máquinas e equipamentos para locação das vendedoras Altoplat Locações de Plataformas Aéreas Ltda. e Equipamentos e Locação Juceli Ltda. ("Altoplat"). Em função da conclusão da segunda parte da operação em fevereiro de 2022, foi pago pela Companhia o valor de R\$ 17.146 pelos ativos não circulantes adquiridos contemplando 122 plataformas elevatórias e 3 torres de iluminação e carteira de clientes de locação em Içara-S.C, conforme descrição abaixo:

	Valor
Máquinas e equipamentos (imobilizado)	16.718
Estoques de partes e peças (ativo circulante)	2.806
Carteira de Clientes (intangível)	3.622
(-) Valor retido a pagar	(6.000)
Total	17.146

Esse valor retido de R\$6.000, conforme estabelecido no Contrato, deverá ser pago a Altoplat em cinco dias do cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato assinado entre as partes. No que tange à força de trabalho, não fez parte do contrato de aquisição desses ativos a transferência dos correspondentes empregados (operacionais e comerciais) da Altoplat para a Mills. Essa transação entre as partes foi avaliada por especialistas externos contratados e, com base na análise contábil efetuada, consubstanciada por teste de concentração de ativos e preconizado no CPC 15 (R1), a Administração entende que a aquisição dos Ativos não circulantes da Altoplat Içara está categorizada como uma transação de aquisição de ativos, uma vez que a referida aquisição englobou apenas inputs e não contempla a obtenção de processos. Adicionalmente, os inputs adquiridos, não são suficientes por si só para a geração de outputs, tendo em vista que a operação das máquinas e equipamentos no contexto dos contratos de locação requer a necessidade de execução de atividades básicas, como manutenção das plataformas aéreas e torres de iluminação e atividades comerciais, bem como de profissionais treinados para a sua execução. O valor relativo do intangível adquirido (carteira de clientes) será objeto de análise de especialistas externos com vistas à determinação de sua vida útil e consequente taxa de amortização a ser utilizada no exercício a partir de 31 de dezembro de 2022. b) Conclusão do 2º programa de recompra de ações. Em 24 de janeiro de 2022, a Companhia em atendimento ao disposto no 4º parágrafo do artigo 157 da lei nº 6.404/76 e resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que concluiu o seu 2º programa de recompra de ações, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de março de 2021. Em janeiro de 2022 o volume recomprado foi de 517.787 ações ao preço médio de R\$ 5,48. Por meio do referido programa, a Companhia recomprou a totalidade de 7.558.687 ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço médio de R\$ 7,66 por ação, correspondendo a 3,0% do seu capital social total e 7,0% das ações em circulação nesta data. Conforme fato relevante divulgado em 18 de março de 2021, as ações recompradas encontram-se em tesouraria para posterior alienação e/ou cancelamento, sendo esta última hipótese ad referendum da AGO/E a ser realizada em 22 de abril de 2022. c) Venda da participação na Rohr S.A. Estruturas Tubulares ("Rohr"). Em 11 de março de 2022, foi celebrado contrato de compra e venda de ações e outras avencas com a Rohr, onde a Companhia fará a alienação da totalidade das suas 52.500.000 ações ordinárias naquela investida que representam 27,47% do total de ações existentes da Rohr aos atuais acionistas. Em contrapartida à alienação, a Companhia receberá o valor total de R\$34.013, observada a seguinte proporção: • 312.118 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal da Sociedade são vendidas aos novos sócios, em contrapartida a esta venda a Companhia receberá o valor total de R\$ 20.808; • 20.382.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal são vendidas para Sociedade, e serão mantidas em Tesouraria, em contrapartida a esta venda a Companhia receberá R\$ 13.205 Este pagamento será feito através de dação em pagamento conforme segue: • três imóveis no valor de R\$ 14.202, livres e desembaraçados de qualquer ônus; • cessão e transferência de propriedade e posse indireta dos ativos que estão locados, avaliados em R\$ 4.623; • cessão e transferência de propriedade e posse indireta dos ativos que não estão locados, avaliados em R\$ 7.948; • cessão e transferência de propriedade e posse indireta de estoques, avaliados em R\$ 394; • Base de clientes atuais relacionadas a ativos, cujo valor estimado é de R\$ 1.911. Além da dação em pagamento, a Companhia receberá o valor líquido de R\$ 295, via transferência, líquido de tributos, de forma que a Companhia não terá que pagar quaisquer tributos sobre este valor, os quais, se aplicável, já foram retidos e pagos, e R\$ 4.640 em até 180 dias após a assinatura do contrato, em única parcela. d) 3º Programa de recompra de ações. Em 18 de março de 2022 o Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre a criação do terceiro Plano de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução de capital, com o objetivo de utilizar (i) para os Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, (ii) como instrumento de negociação com potenciais targets (M&A) e/ou (iii) para cancelamento de parte das ações recompradas para maximizar a geração de valor para os acionistas e melhorar a estrutura de capital da Companhia, nos seguintes parâmetros: i) a quantidade de ações que podem ser adquiridas é de até 14.917.035 ações, que correspondem a 6,06% do seu capital social atualizado nesta data, respeitado os limites de manutenção em tesouraria de 10% das ações em circulação no mercado, nos termos do Artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15; ii) o prazo máximo para a realização da operação ora autorizada é de 18 meses, de 25 de março de 2022 até 23 de setembro de 2023, inclusive; iii) as ações serão adquiridas na B3 ao preço de mercado. e) Cancelamento de ações. Em 18 de março de 2022 o Conselho de Administração da Companhia deliberou pelo cancelamento de 6.197.374 ações mantidas em tesouraria, equivalente a 67,0% do saldo de ações na data, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Companhia, R\$ 1.090.336 passou a ser dividido em 245.971.356 (duzentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A alteração do artigo 5º do Estatuto Social, para consignar o capital social e a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia após o cancelamento das Ações será deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada oportunamente. f) Guerra da Ucrânia. Com relação ao conflito no Leste Europeu envolvendo a Rússia e a Ucrânia, a Companhia não identificou, até o momento, nenhum impacto relevante em suas operações. Entretanto, a Companhia continuará a monitorar os desdobramentos do referido conflito, com vistas a mitigar os eventuais efeitos possam ocorrer em suas operações, esperando sempre o melhor das negociações de paz para o fim do conflito no menor espaço de tempo possível. g) Emissão de Debêntures. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 18 de março de 2022, a realização da sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, no valor de R\$ 300.000, com prazo de sessenta meses e amortização trimestral de principal a partir do vigésimo quarto mês (inclusive), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Serão emitidas trezentas mil debêntures, sendo cem mil debêntures da primeira série e duzentas mil debêntures da segunda série, sendo que: (i) as debêntures da primeira série contarão com remuneração correspondente à taxa DI + 2,30% ao ano; e (ii) as debêntures da segunda série contarão com remuneração correspondente à taxa DI + 2,95% ao ano, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da emissão. Os recursos líquidos captados serão destinados ao pagamento de dívidas, investimentos e ao capital de giro da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

## RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTÁBIL

Sebastião Dantas Ramos  
Contador  
CRC RJ-050305/O-3

## PARER DO CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 24 de março de 2022, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e com base nos exames efetuados e no parecer, sem quaisquer ressalvas, dos Auditores Independentes relativo a tais Demonstrações Financeiras, emitido em 24 de março de 2022, e, ainda, as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia ao longo do exercício, os membros do presente órgão decidiram, por unanimidade, opinar favoravelmente acerca dos documentos referentes ao exercício de 2021, mencionados anteriormente, sem qualquer ressalva ou restrição, indicando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para os devidos fins de direito.

Rubens Branco da Silva  
Rodrigo Fagundes Rangel  
Peter Edward Cortes Mardsen Wilson

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2021. Rio de Janeiro 24 de março de 2022.

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES:

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2021. Rio de Janeiro 24 de março de 2022.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.  
**Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".  
**Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Combinação de Negócios: aquisição da Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda. ("Nest") e SK Rental Locação Equipamentos Ltda. ("SK Rental").** Porquê é um PAA (Principal Assunto de Auditoria). Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, transações de combinação de negócios que foram registradas e divulgadas a luz do CPC 15 - (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios: • Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda. ("Nest"); em 28 de abril de 2021, a Companhia por meio de sua subsidiária integral, Solaris Equipamentos e Serviços S.A. ("Solaris"), celebrou contrato de investimento, compra e venda de cotas e outras avencas para adquirir 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Nest no montante de R\$5.100 mil (cinco milhões e cem mil reais). • SK Rental Locação Equipamentos Ltda. ("SK Rental"); em 25 de novembro de 2021, a Companhia assinou contrato de aquisição da integralidade das cotas representativas do capital social da SK Rental Locação Equipamentos Ltda. no valor de R\$89.000 mil (oitenta e nove milhões de reais). Na mensuração dos efeitos contábeis registrados dessas transações de combinação de negócios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria auxiliada por especialistas externos utilizou metodologias de avaliação que requerem a utilização de estimativas e julgamentos na mensuração dos respectivos valores justos. Devido às incertezas inerentes às estimativas e julgamentos utilizados pela Diretoria e os especialistas externos na determinação das principais premissas utilizadas nas mensurações de valor justo de ativos e passivos adquiridos nessas combinações de negócios da Nest e SK

Rental, incluindo ágios, e à complexidade inerente a esse processo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) leitura dos documentos relacionados à transação de combinação de negócios, tais como contratos firmados entre as partes envolvidas, atas de Conselho de Administração e outras evidências formais que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle do negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como na determinação do valor justo dos ativos e passivos correspondentes e respectivos ágios; (ii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, análise da metodologia determinada pela Companhia para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, bem como dos ágios; (iii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na modelagem financeira e a exatidão e integridade das informações utilizadas, bem como dos cálculos efetuados, confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; (iv) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia a luz do CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos deficiências de controles internos nos processos de combinação de negócios que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas, bem como identificamos ajustes de alocação dos valores justos, os quais foram discutidos com a Diretoria e comunicados aos órgãos de governança, e registrados pela Companhia. Como resultado dos procedimentos de auditoria, os registros contábeis decorrentes dessas "Combinações de negócios" e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Reconhecimento de receita de prestações de serviços de locação de equipamentos.** Porquê é um PAA (Principal Assunto de Auditoria). Conforme descrito na nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia decorre substancialmente da receita de prestação de serviços de locação de equipamentos, esses registrados como imobilizado ("receita de locação"). A Companhia contabiliza suas receitas de locação (R\$721.355 mil na controladora e R\$745.363 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2021) de acordo com o período de locação, considerando as condições contratuais e conforme a extensão do consumo do benefício de uso dos equipamentos de locação, conforme preconizado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente. Pelo reconhecimento da receita de locação de equipamentos envolver julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita, considerando premissas tais como período de locação, condições contratuais entre as partes e extensão do consumo do benefício de uso dos ativos de locação, e pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

CNPJ / MF: 27.093.558/0001-15

## MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



bíveis reconhecidos decorrentes da locação de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, (v) testes substantivos incluindo análise da documentação suporte quanto à medição do consumo do benefício de uso dos ativos de locação para a respectiva receita registrada próxima da data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ("corte" da receita), e (vi) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a luz do CPC 47/IFRS 15. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos deficiências de controles internos no processo de reconhecimento das receitas de locação, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas, bem como identificamos ajustes de auditoria que afetaram o reconhecimento da receita e a divulgação da receita de prestações de serviços de locação de equipamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram discutidos com a Diretoria e comunicados aos órgãos de governança. Aqueles ajustes considerados materiais no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, foram registrados pela Companhia e aqueles considerados imateriais no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto não foram registrados. Consideramos como resultado desses procedimentos de auditoria que os valores contabilizados de receitas de prestação de serviços de locação de equipamentos são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Valor recuperável dos ágios por expectativa de rentabilidade futura. Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria).** Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2021 R\$97.155 mil registrados como ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de transações de combinação de negócios, excluindo os ágios decorrentes de rentabilidade futura das transações Nest e SK Rental mencionadas no principal assunto de auditoria referente a combinação de negócios. A Companhia efetua teste anual de recuperação desses ágios registrados como ativos não circulantes usando metodologia de avaliação de valores em uso que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas operacionais e financeiras. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável dos ágios por expectativa de rentabilidade futura são registrados contabilmente. Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e julgamentos utilizados pela Diretoria na determinação do valor recuperável desses ágios por expectativa de rentabilidade futura, e à complexidade inerente a esse processo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e das análises preparadas pela Companhia para determinar o valor recuperável desses ágios, (ii) comparação do orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros com premissas não super avaliadas, (iii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, análise da metodologia determinada pela Companhia para a avaliação do valor recuperável desses ágios, (iv) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na modelagem financeira e a exatidão e integridade das informações utilizadas, bem como dos cálculos efetuados; (v) teste de sensibilidade para determinadas premissas utilizadas pela Companhia, (vi) comparação do valor recuperável determinado pela Companhia com o valor contábil desses ágios, e (vii) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia a luz do CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos deficiências de controles internos no processo de avaliação do valor recuperável dos ágios por expectativa de rentabilidade futura que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitável a premissa da Diretoria que os valores dos ágios por expectativa de rentabilidade futura são realizáveis, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Valor recuperável dos impostos diferidos ativos. Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria).** Conforme descrito na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas apresentam saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativos no montante de R\$230.131 mil na controladora e R\$310.876 mil no consolidado, relacionados ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, e diferenças temporárias. Esses saldos de impostos diferidos ativos são registrados contabilmente com base na existência de probabilidade razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros para a realização desses ativos não circulantes. A Companhia efetua as projeções de lucros tributáveis futuros que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas operacionais e financeiras. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável desses impostos diferidos ativos são registrados contabilmente. Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e julgamentos utilizados pela Diretoria na determinação do valor recuperável desses impostos diferidos ativos, e à complexidade inerente a esse processo, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento futuro, e das análises de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia para determinar o valor recuperável dos impostos diferidos ativos, (ii) comparação do orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior (31 de dezembro de 2020) com os valores reais apurados no ano corrente (31 de dezembro de 2021) de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros com premissas não agressivas de lucratividade, (iii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, análise da metodologia determinada pela Companhia para a avaliação do valor recuperável desses impostos diferidos ativos, (iv) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na modelagem financeira e a exatidão e integridade das informações utilizadas, bem como dos cálculos efetuados, (v) teste de sensibilidade para determinadas premissas utilizadas pela Companhia, (vi) comparação do valor recuperável determinado pela Companhia com o valor contábil dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2021, e (vii) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia a luz do CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitável a premissa da Diretoria que os valores dos impostos diferidos ativos são realizáveis, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado.** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, datado de 17 de março de 2021, sem ressalvas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022  
 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ  
 John Alexander Harold Auton  
 Contador  
 CRC nº 1 RJ 078183/O-2



www.mills.com.br

Documento assinado digitalmente  
 conforme MP nº 2.200-2 de  
 24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
 de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
 04067191000160 em 04/04/2022 17:12  
 A autenticidade deste documento  
 pode ser conferida através do QR Code  
 ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/04/04/MILLS1561465904042022.pdf>  
 Hash: 16488439233d2f5c9650ae42209d95af2b312ab5a3